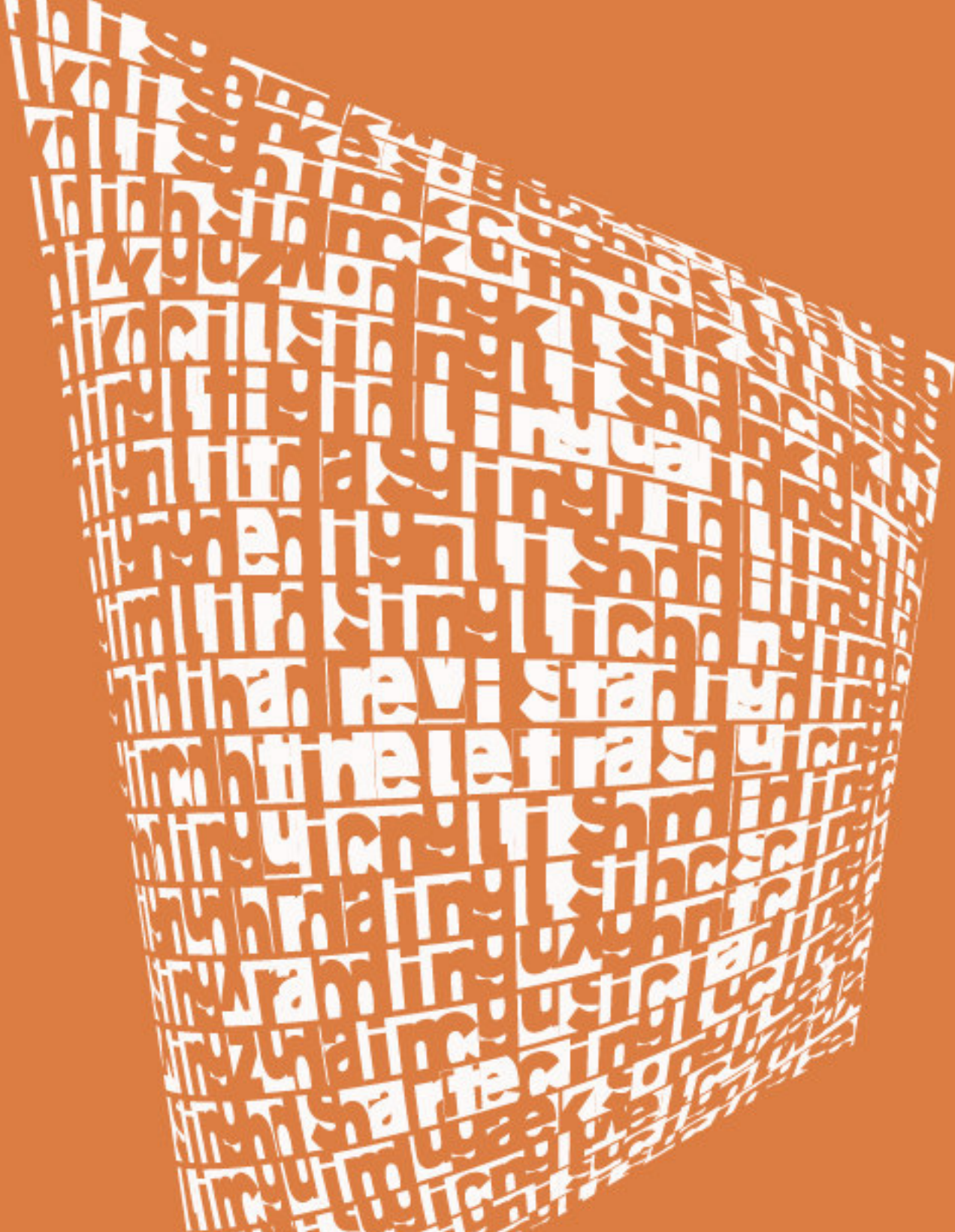




Vol. 2 - No. 1 - jul/2009

Revista de Letras

Revista de Letras – Vol. 2 – Número 1 – Julho 2009

Editora Responsável

Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva – UCB

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andréa M. M. Alves Coutinho – UCB

Profa. Dra. Cláudia R. Castellano Pfeiffer – UNICAMP

Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira – UNICENTRO

Profa. Dra. Susana Souto Silva – UFAL

Profa. Dra. Vera A. de Lucas Freitas – UnB

Prof. MSc. Virgílio Pereira de Almeida - UCB

Revisão de Textos

Profa. Maria de Fátima de Souza Rocha – UCB

Formatação

Curso de Letras – UCB

Universidade Católica de Brasília

Reitor

Prof. MSc. Pe. Romualdo Degasperi

Pró-Reitor de Graduação

Prof. MSc. Ricardo Spíndola Mariz

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Adelaide dos Santos Figueiredo

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Dr. Luis Síveres

Curso de Letras

Diretor

Prof. MSc. Virgílio Pereira de Almeida

Assessores

Profa. Dra. Andréa Márcia M. Coutinho

Prof. Esp. Rogério da Silva Sales Pereira

R454 Revista de Letras [recurso eletrônico] / Universidade Católica de Brasília, Curso de Letras. – Vol. 2, n. 1 (jul. 2009)- . – Dados eletrônicos. – Brasília : Universidade Católica de Brasília, Curso de Letras, 2009- v. ; 30 cm.

Semestral

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de Acesso: World Wide Web:

<<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL>>

ISSN 1982-842X

1. Linguagem. I. Universidade Católica de Brasília. Curso de Letras.

CDU 81

Sumário

Artigos

A traição da tra(d)ição: o adúltero desenredo.....	5
<i>Maurício Lemos Izolan (UCB)</i>	
A linguística e outros nomes de saber sobre a linguagem	14
<i>Ana Cláudia Fernandes Ferreira (UNIMEP)</i>	
Efeito do sexo e idade na produção do VOT	28
<i>Letícia Corrêa Celeste (UFMG)</i>	
<i>Érica Gonçalves Teixeira (UFMG)</i>	
Solución de disposición lematizada en un diccionario de aprendices de español	40
<i>Agnesse Radmann Gonzalez (UFRGS)</i>	

Resenhas

Entre a <i>condescendência</i> e o <i>confronto</i> , a materialização de um ideário de língua nacional	49
<i>Olimpia Maluf-Souza (UNEMAT)</i>	
Profissão de fantasmas	54
<i>Ewandro Magalhães (Monterey Institute)</i>	

Resumos

<i>Mitopoiesis</i> : A mítica do ser e o <i>katharmós</i> verbal em “O espelho” de Machado de Assis e Guimarães Rosa.....	58
<i>Cíntia Araújo da Silva</i>	
A mulher no discurso publicitário: ideologia e individualização do sujeito.....	58
<i>Gisele Pinheiro dos Santos</i>	
<i>Só que</i> : uma conjunção emergente.	59
<i>Joaquim Ribeiro Alves Filho</i>	
RUSSO em O PENSADOR: repetição e autoria.....	59
<i>Priscilla Maria Silva dos Santos</i>	

Artigos

A traição da tra(d)ição: o adúltero desenredo

Maurício Lemos Izolan (UCB)

RESUMO: O conto “Desenredo” de Guimarães Rosa é a encenação do processo poético em que a linguagem não apenas apresenta um tema, como também o representa metalinguística e desconstrutivamente no próprio ato da feitura-leitura do texto. O tema do adultério é, portanto, tema patente e moto latente do processo de desmonte e autorreflexão sobre o próprio fazer poético. Nesse sentido, a linguagem do conto mobiliza processos paródicos, desconstrutivos e metalinguísticos para construir o tecido narrativo.

Palavras-chave: Desconstrução; poética; hermenêutica; metalinguagem

ABSTRACT: Guimarães Rosa's short-story “Desenredo” is the staging of the poetical process in which language not only presents a theme, but also represents it metalinguistically and deconstructively in the very act of text making and reading. Adultery is the patent theme and latent motif of the dismounting and auto reflection process of poetical construction. Thus, the short-story language mobilizes parodical, deconstructive and metalinguistical processes to construct the narrative tapestry.

Keywords: Deconstruction, poetics, hermeneutics, metalanguage

I. Introdução

...esta é uma álealenda ler e reler retroler como girar regirar retrogirar um milicôro em milicórdio séptuor vezes setenta e sete vezes giroler em giroscópio em caleidocamaleoscópio e não ler e ler nada e nunca ler como tudoler todoler tresmiller e estar a ponto e voltar ao ponto e apontar e despontar e repontar e pontuar e impontuar camaleoplástico... (Haroldo de Campos. Galáxias.)

Nosso objetivo é o de apresentar uma leitura hermenêutica do conto “Desenredo” do livro *Tutaméia* de João Guimarães Rosa. “Desenredo” é um conto representativo da poética do autor mineiro, pois trata da operação textual de transformação da realidade pela epifania da linguagem.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o tema do adultério em “Desenredo” é isomórfico ao procedimento textual de transformação de palavras, citações, expressões e, por fim, do próprio tema (a traição da traição). O humor epifânico de *Tutaméia* apresenta-nos a operação de desvelamento da verdade para fundar uma nova, mais poética e, por isso,

mais verdadeira estória ou anedota (no sentido do ineditismo e da originalidade das narrativas roseanas).

1. Aletria...

O conto “Desenredo” do livro Tutaméia – Terceiras Estórias de João Guimarães Rosa resolve e revolve o tema do adultério em perspectivas complementares de leitura. Num primeiro momento, trata do adultério mesmo, do fato tematizado pelo próprio conto, seu conteúdo explícito (enredo): a estória da relação amorosa de um amante traído que passa a marido traído e que, por fim, imprevisivelmente, se dá à engenhosa tarefa de desdizer o fato e criar diferente versão que inocenta sua esposa. Tão inédita atitude implica, por sua vez, o segundo momento, em que percebemos que o texto, isomorficamente ao tema do adultério, adultera o sentido do esperado, concomitantemente à operação de desenredar a tessitura do texto, do enredo e das palavras.

Já de per si uma estranha e risível estória dentro do tom de humor desta obra de Rosa, o conto, por outro lado, se dá a outras leituras. Talvez a mais recorrente seja a de caráter metaficcional evocada pelo próprio título des-enredo. Espécie de antiperipléia do conto - ou melhor, uma contra-viagem ou viagem às avessas, referindo-se à primeira narrativa do livro, “Antiperipléia” – “Desenredo” constrói, para além do tema, uma outra forma de “adultério” ou “adulteração”, uma traição à estrutura lógica do enredo, onde o narrado e o narrador são subvertidos e transformados.

Nas palavras de Vera Novis:

A dimensão metalinguística do texto está em que Jó Joaquim relê o passado para desenredar a sua estória (“Jó Joaquim, genial, operava o passado – plástico e contraditório rascunho”), ao mesmo tempo em que Rosa cria seu “Des-enredo” passando em revista a tradição romanesca. Todo o conto é perpassado de fina ironia em relação aos modos do narrar, tanto da tradição romântica, quanto da tradição realista, aos personagens, ao leitor; até o narrador imola-se neste processo (NOVIS, 1989, p. 136).

Por sua vez, o refinado processo de “adulteração” se realiza, original e decisivamente, no âmbito das palavras e da utilização cômico-criativa de mecanismos de inversão de termos e expressões tirados da sabedoria popular, dos provérbios, estabelecendo-lhes um novo sentido no âmbito da narrativa e a ela pertencente. Este novo sentido faz jus ao “supra-senso” ou não-senso buscado pela concepção das estórias de

Tutaméia como “anedotas de abstração”, conforme explicita-nos o autor em um dos quatro prefácios, “Aletria e hermenêutica”.

Neste sentido, podemos afirmar que, isomorficamente à palavra “desenredo” e à estrutura da narrativa, o tema do “adultério” se desenvolve em *Tutaméia* como texto e pretexto para a reflexão e a invenção artísticas. Aliás, invenção que é reflexão concomitantemente. Como bem observa Augusto de Campos sobre *Grande Sertão: Veredas*, observação que acreditamos válida para *Tutaméia*: “(...) os grandes conteúdos do Grande Sertão, como os de Joyce, se resolvem não só através *da*, mas *na* linguagem” (CAMPOS, 1991, p. 21).

Ora, poderíamos mesmo apontar, a partir desta outra leitura, o conto “Desenredo” como uma poética recorrente de *Tutaméia* e de toda a obra de Guimarães Rosa. *Desenredo* como desmonte, des-construção do enredo, ou seja, da ordem lógica dos acontecimentos que marca a narrativa simples, se utilizando, para isso, de *n* artifícios como: 1) intertextualidade com a Bíblia (a construção de Jó Joaquim como citação de Jó, que esperou com paciência a justiça de Deus, mesmo quando ninguém mais esperaria; ou ainda, tomando também a paciência como tema, a referência à Odisséia, aliás citada por meio da figura de Ulisses); 2) reelaboração de expressões e ditados populares; 3) citação truncada e paródica de teorias filosóficas (Aristóteles) e de textos da literatura brasileira (*Iracema* e *Dom Casmurro*, por exemplo); 4) desfecho inesperado e ilógico (para a lógica linear do enredo, é claro).

É importante frisar que esses procedimentos levam a uma construção preñhe de ambiguidades e citações que constroem um universo onde nada parece definitivo, mas sempre em jogo. Parece-nos sempre que o conto conta escondendo e esconde contando; conta desmanchando e, por isso, cabe ao leitor ler/des-ler do dito o inédito e o inaudito. É o que Cleusa Rios Pinheiro Passos chama de “contar desmanchando”:

Dentre eles [recursos narrativos de Rosa], insiste o laborioso “contar desmanchando” – procedimento que, de um lado constrói cenas e personagens, expõe dados sociais e psíquicos, desperta no leitor ressonâncias sutis de causos e histórias (presentes em sua obra ou na tradição literária) e, de outro os desenreda. Paralelamente à mistura de temas, tempos, formas literárias e subversões verbais, já assinaladas pela crítica, o ato de desenredar se mostra elemento importante da obra do autor. Por vezes, os dois aspectos, artifícios de seu fazer artístico, contaminam-se, condensando mascaramento e revelação (PASSOS, 2001 p. 22-23).

Ao assim proceder, Rosa urde um universo em que o leitor é obrigado a re-fazer constantemente a leitura para colher e, mais que colher, construir, desentranhar, elaborar o

sentido do texto. É significativa desse princípio de leitura construtiva do livro a epígrafe, colocada deslocada e curiosamente no final, junto ao “Índice de Releitura”: “Já a construção, orgânica e não emendada, do conjunto, terá feito necessário por vezes ler-se duas vezes a mesma passagem (Schopenhauer)” (ROSA, 2001, p. 266).

Leitura e re-leitura é o que se pede de livro tão dificultoso. Ler *Tutaméia* é des-ler o dito e ler o não-dito, o inédito, o inaudito, o aletrético. Por isso, se faz necessária uma arte de deflagrar o palimpsesto do texto para desentranhar o sentido. Tal arte é a Hermenêutica. Não à toa é o título do primeiro prefácio da obra “Aletria e hermenêutica”. A-letria, com alfa privativo grego (a-), de não-, não-letra e, por consequência, não-dito. Hermenêutica, de origem grega, significa interpretar, traduzir, conduzir o sentido do não-visto/ não-dito ao dizer e dar a ver. Uma vez que a urdidura do texto é inédita, inédito é o sentido desentranhado na leitura e, portanto, subvertido está o sentido tradicional do contar; sua verdade não se quer uma verdade predicativa, mas é o ex-surgir da verdade original urdida no e pelo texto. O “fechado ineditismo” é o que deve revelar a estória: “A estória não quer ser História. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota” (ROSA, 2001, p. 29).

Traduzindo através das palavras de Eduardo Portella: “É que a obra de arte tem de ser basicamente invenção [...]”. Ou ainda: “A arte não é uma verdade predicativa mas manifestativa”. E concluindo: “Imitar é assim descer ao plano de articulação das possibilidades subjacentes na coisa. Imitar não é copiar, mas criar” (PORTELLA, apud COUTINHO, p. 198-200).

Partamos desses elementos para interpretar “Desenredo”, sem perder de vista o tema aparente e suas interpretações latentes. Como se o tema se tornasse o processo, desenredar é adulterar ou, de outra maneira não menos verdadeira, adulterar é desenredar. Enfim, o adultério se traduz rosiano-textualmente, criativamente, através de um “contar desmanchando”, num texto para contar e adulterar o contado, mas, nesse adultério, revelar inédito sentido. Vamos a ele...

2. ...e Hermenêutica

“Desenredo” desenrola-se em novelo cujo fio, labirinto de curvas, parece confundir as pontas. Estruturalmente, a estória parece, em princípio, desmontar-se em três partes, separadas em três pequenos parágrafos: o primeiro, a abertura do conto, marca o início da fala do narrador, ironicamente dirigida a seus ouvintes: “Do narrador a seus ouvintes”.

Parece uma redundância começar assim, mas a ironia está justamente em marcar uma situação que, ao fim e ao cabo da narrativa, será subvertida: a fala do narrador aos seus ouvintes passa a ser a do personagem aos seus concidadãos (“a alheia vigilância”) e, em nível metaficcional, do personagem (expressão roseana mais à frente explicada) aos seus leitores (quais?! – depois de estória tão bem complicada).

O segundo e o terceiro momentos que constituem a estória, ainda sob o ponto de vista da construção, resumem-se a dois parágrafos constituídos apenas pelas palavras “mas” e “mais”, ficando, assim, marcados no texto, momentos dessemelhantes: primeiramente, o “mas” contradiz a esperada mudança da adúltera que, após a morte de seu marido (que, por sua vez, havia matado o amante descoberto), casa-se com Jó Joaquim, também amante, “coberto” e também traído. A contradição à esperada regeneração se dá em nova traição que, por sua vez, transforma o agora marido Jó Joaquim em traído “reincidente” e, por isso, “quase criminoso”. Observe-se a riqueza de sentidos tirados da palavra “reincidente”, que, comicamente, por relação com uso criminal, chama a presença do “quase criminoso”. Era, porém, seu amor, “a prova de remorsos”. Aí entra o “mais” que deflagra a operação de reconstrução plástica do passado, engendrada por Jó Joaquim: “por onde, pelo comum, poder-se corrigir o ridículo ou o grotesco, até levá-lo ao sublime...” (ROSA, 2001 p. 39).

A urdidura textual submete a história à palavra. Esta irrompe no primeiro plano do texto, criando relações marcadamente textuais. É como se o enredo e suas situações fossem redirecionados (des-enredo), desenredados pela força da palavra. Exemplo citado anteriormente é o da relação entre “quase criminoso” e “reincidente”. Não só Jó Joaquim é traído, mas também a relação palavra-texto. Há uma adulteração – procedimento textual correlato ao adultério contextual – do sentido.

Deste tipo de procedimento o texto está repleto. Ao retrabalhar o elemento significante, o texto adultera o sentido e re-dimensiona, poeticamente, o contexto. São os casos, por exemplo, das citações truncadas e das palavras montadas: “O trágico não vem a conta gotas”; “A bonança nada tem a ver com a tempestade”; “abusufrutos”; “pseudopersonagem”; etc.

Mas não percamos o fio da meada.

Do que mesmo trata o conto? Pelo menos em um primeiro plano, no plano da estória contada (enredo), do conteúdo (se é que isso é possível em Guimarães Rosa)? Da estória de Jó Joaquim e de suas venturas e desventuras com uma mulher casada. E como,

com ela, cometia adultério e de como foi por ela traído duas vezes. E em quantas partes se estrutura o conto? Em três partes.

Como anteriormente dissemos, a primeira parte é a apresentação pelo narrador da situação inicial da estória. Situação cômica, pois apresenta a situação de um amante traído, e não, como se espera, de um marido traído. A noção de enredo é totalmente subvertida (adulterada) desde o início pelo humor que harmoniza o triângulo amoroso e não o par. Para construir esta situação, o texto intertextualiza com vários outros da tradição literária brasileira. Exemplo disso é a alusão irônica (transgressiva/adúltera) ao texto de José de Alencar para construir, desconstrutiva e parodicamente, a descrição de Livíria: “antes bonita, olhos de viva mosca, morena mel e pão. Aliás, casada”. Esta primeira parte tem final trágico: o assassinato do outro amante pelo marido traído. E, como final acentuadamente trágico, a morte do marido.

É interessante notar como as citações vão construindo um subtexto, um fio subterrâneo de reconstrução do sentido da estória. Um texto - assim como a situação inicial de Jó Joaquim, assim como o adultério – “secreto”, “coberto de sete capas”, que, na releitura, no des-enredamento da urdidura, torna-se claro, como o adultério, descoberto.

Citações adulteradas como “o trágico não vem a conta-gotas” marcam o final trágico da primeira parte. Ou ainda, o uso do termo “pseudopersonagem”, usado com referência ao que não queria ser Jó Joaquim, isto é, menos que um personagem, como o fora na situação de amante traído. Esse termo está contrapolarmente jogado à situação final, quando Jó concorre com o narrador ao dar seu próprio final ao conto. Naquele momento, torna-se “personagente”, expressão usada por Rosa para denominar a situação de Riobaldo em Grande Sertão: Veredas, onde este sai de personagem para agente e narrador de sua própria estória e existência.

Essa situação, a de não ser pseudopersonagem mas personagente, condiz com um dos temas recorrentes do texto, o problema do tempo. Jó Joaquim, ao re-contar a estória, re-organiza seus elementos e re-dimensiona o passado. Segundo a estória, “desejava ele, Jó Joaquim, a felicidade – idéia inata”, que será posta “em ata”. Por isso é o tempo elemento recorrente: “O tempo é engenhoso”, e sua variação como espera: “Esperar é reconhecer-se incompleto”. A “espera” é também citada intertextualmente como referência a Jó - personagem bíblico que simboliza a paciência – e na citação direta de Ulisses, esperado vinte anos por Penélope na Odisséia: “sábio sempre foi Ulisses, que começou por se fazer de louco”.

Esse é o fio condutor do subtexto e do intertexto: a operação poética de re-criação da estória que implica na re-invenção, por adulteração do adultério, por traição do traído, de uma “nova, transformada realidade, mais alta. Mais certa?”

Voltemos rapidamente à segunda parte do texto e extraíamos dela um elemento importante para nossa interpretação: seu final “feliz”, quando, não parafraseando o marido anterior, Jó Joaquim inocenta a esposa. Trata-se de uma paródia ou adulteração da atitude do primeiro marido. Tal atitude paródica é sintetizada em uma frase aliterativa: “De amor não a matou...”. A imagem comporta dois elementos contrapolares: amor e morte. Este último é, porém, imantado, desativado pela força do amor na construção vocabular [amatou], consequência da proximidade fonética das palavras. Contrapolar, antitético é também o elemento “tempo”, pois se para a traição “os tempos se seguem e parafraseiam-se”, para Jó, agora marido, não cabe parafrasear, isto é, tomar a mesma atitude violenta do primeiro marido, que matara o amante, mas adulterar tal atitude, cometendo um novo adultério, o do sentido. E, por isso, “se apostrofa”, “como inédito poeta e homem”. A transformação da violência de matar na virulência do amor que a tudo perdoa vai, textualmente, da “paráfrase” (ou fazer o que o outro faria) ao “apóstrofe” (quebrar, estancar o esperado e fazer o inesperado), adulterando o costumeiro, o dito e, assim, fundando o inédito e inaudito.

Retomam-se, na terceira parte, os elementos e procedimentos até agora citados: o problema do tempo e as citações truncadas. Mas, essencialmente, o que aí se revela, por uma cadeia de prefixações e re-elaborações, é a nova e inédita estória do agora narrador Jó Joaquim: “Genial, operava o passado – plástico e contraditório rascunho.” Para tanto, o texto mobiliza uma série de palavras prefixadas (“amatemático”, “antipesquisas”, “acronologia”), assumindo dicção antitética e ilógica, que se torna produtora, pois o texto, que antes só comportava um final triste ou feliz (estrutura de enredo tradicional) passa agora a apontar algo de outra ordem:

Demonstrando-o, amatemático, contrário ao público pensamento e à lógica, desde que Aristóteles a fundou. O que não era tão fácil como refritar almôndegas. Sem malícia, com paciência, sem insistência, principalmente.

O ponto está em que o soube, de tal arte: por antipesquisas, acronologia miúda, conversinhas escutadas, remendados testemunhos (ROSA, 2001 p. 74).

E que nova realidade produziu Jó Joaquim? “Nunca tivera ela [a esposa] amantes! Não um. Não dois. Disse-se e dizia isto Jó Joaquim. Reportava a lenda a embustes, falsas lérias escabrosas. Cumpria-lhe descaluniá-la...” (ROSA, 2001 p. 74).

Note-se a ambiguidade humorística de “Não um. Não dois.” Humor de nova ordem, pois convoca todo tipo de urdidura verbal, intertextualidade, construção vocabular, para que o efeito seja alcançado. Neste trecho especificamente, ao mesmo tempo em que o texto coloca não haver nem um nem dois amantes, joga com a ambiguidade ao nos deixar entrever que podem ser mais, talvez três, talvez quatro...

Retome-se, portanto, o que anteriormente foi chamado de “humor epifânico”. Cabe ao escritor, para o Rosa de *Tutaméia*, não a imitação de uma realidade já conhecida, assim como não cabe a Jó Joaquim parafrasear o tempo, repetir a estória, mas tornar-se autor original de sua estória e de sua vida: “a estória não quer ser história..” Cabe-lhe redimensionar o real, problematizando a linguagem, tornando-a um simulacro do real, um supra-sensível real que eclode em palavras na tessitura ou urdidura do texto, que nos revela uma arquitetura perceptível aos olhos (visões) e vela a arquitetura a ser des-velada pelos ouvidos (vozes) e até pelo tato (materialidade).

O texto descortina uma súbita e inédita (epifânica) verdade que, como os nomes da mulher amada/amante, transforma-se à medida que cambiamos suas letras, isto é, sua textura e suas possibilidades: Livíria, Rivília, Irlívia e, por fim, Vilíria, outro nome produzido pela permutação das letras ou pelo leque de possibilidades das palavras e das realidades engendradas pelo texto, uma outra acoplagem com quem Jó Joaquim vive - novo Finicius (“Finnegans Wake”), novo JJ (talvez citação truncada de James Joyce) – joyceanamente redivivo no jogo textual do significante, “o verdadeiro e melhor de sua útil vida”.

Realiza-se, como diz o texto, sua “idéia inata”, põe-se a “fábula em ata”. O colocar-se da idéia em ação é o colocar em ação do inédito e inaudito (inato) ou do destino mesmo de Jó Joaquim (inato – o que é próprio, de nascença). Tal operação só se torna fábula (estória, que tem exemplaridade), quando colocada em ata, ou seja, quando o personagem se torna autor de sua própria narrativa. Execução e invenção são concomitantes no texto e na vida para a formatividade da obra de Guimarães Rosa.

Conclusão

“Desenredo” é a estória, no sentido roseano, do homem que soube pôr um final feliz, mesmo que humoristicamente, à sua útil vida, pois incluiu na felicidade a infelicidade, convivendo e convolvendo-se com a contradição da existência. O homem que almeja a felicidade é, para o autor, como o personagem que discorda do narrador e se torna

agente e também narrador de seu próprio destino. Nesse sentido, o adultério é mais do que um tema, é a cifra da operação textual que o autor realiza na tessitura do texto e da vida, com a paciência de quem aprendeu a des-ler o dito e desentranhar – hermenêutica – o sentido do não-dito –aletria –, colocando-o para existir.

A traição torna-se, assim, tema tanto da enunciação quanto do enunciado do conto. É tema patente e latente, devendo ser lido em sentidos análogos mas dessemelhantes em cada nível de leitura. Acreditamos que “Desenredo” é um conto-glosa de todas as narrativas de *Tutaméia*, uma vez que, ao invés de contar o contado, des-conta do contado o contar e lhe acrescenta o inventar. Esta é a significação do “adultério” em Guimarães Rosa.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Augusto. Um lance de “Dês” do Grande Sertão. In: COUTINHO, Eduardo (org.). **Guimarães Rosa – Fortuna Crítica**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- COUTINHO, Eduardo (org.). **Guimarães Rosa – Fortuna Crítica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- LOBO, Luiza. Humor da palavra e sentido do lugar em Guimarães Rosa. In: _____. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1993, PP. 108-122.
- NOVIS, Vera. **Tutaméia: engenho e arte**. São Paulo: Editora Perspectiva/EdUSP, 1989.
- NUNES, Benedito. **O dorso do tigre**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- PASSOS, Cleusa Rios Pinheiro. O contar desmanchando...artifícios de Rosa. In: DUARTE, Lélia Parreira. **Outras margens: Estudos da obra de Guimarães Rosa**. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2001, pp. 21-36.
- ROSA, João Guimarães. **Tutaméia – Terceiras Estórias**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001

Maurício Lemos Izolan é doutor em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor da Universidade Católica de Brasília. (izolan@ucb.br)

A linguística e outros nomes de saber sobre a linguagem¹

Ana Cláudia Fernandes Ferreira (UNIMEP)

RESUMO: Do ponto de vista da História das Idéias Linguísticas, examino os sentidos construídos em torno de determinados nomes (*linguística, ciências da linguagem, estudos da linguagem, linguagens*, entre outros) que designam os estudos sobre a linguagem no Brasil, com destaque para o período de constituição da linguística na Unicamp, a partir da segunda metade do século XX. O objetivo é compreender os sentidos produzidos por estas designações no espaço científico brasileiro e as políticas institucionais envolvidas. Principio analisando o processo de *disciplinarização* e *denominação* desses saberes em universidades brasileiras, considerando suas condições de produção a partir do *Cours* de Saussure. Em seguida, apresento algumas reflexões sobre a inclusão do campo nomeado *Linguística, Letras e Artes* na *Tabela de Áreas* do CNPq e sobre a proposta de substituição desse nome, em 2005, por *Linguagens e Artes*.

Palavras-chave: História das idéias linguísticas, designações dos domínios do saber, disciplinarização, políticas institucionais.

RÉSUMÉ: Du point de vue de l'histoire des idées linguistiques, on examine les sens construits autour de certaines dénominations (linguistique, sciences du langage, études du langage, langages d'entre autres) qui désignent les études sur le langage au Brésil, en soulignant la période de constitution de la linguistique à l'Unicamp, depuis la seconde moitié du XX^e siècle. L'objectif est de comprendre la configuration de sens que ces désignations ont produit dans l'espace scientifique brésilien et le rôle des politiques institutionnelles concernées. On analyse le processus de disciplinarisation et dénomination de ces savoirs par les universités brésiliennes en considérant ses conditions de production à partir du Cours de Saussure. Puis, on présente quelques réflexions sur l'inclusion du champ Linguistique, Lettres et Arts dans le Tableau du CNPq et la proposition de remplacer cette dénomination, en 2005, par Langages et Arts.

Mot-clés: Histoire des idées linguistiques, dénominations des domaines du savoir, disciplinarisation, politiques institutionnelles.

O aporte teórico-analítico deste trabalho se constitui no âmbito de uma perspectiva materialista da História das Idéias Linguísticas – HIL, a partir da mobilização de conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da análise de discurso, na linha das produções de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, e de dispositivos analíticos da semântica da enunciação, na linha dos trabalhos produzidos por Eduardo Guimarães.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na XI International Conference on the History of the Language Sciences – ICHoLS, em Potsdam, Alemanha, com o título: “La linguistique et d'autres dénominations des domaines du savoir”. A presente versão foi re-elaborada a partir de outras reflexões presentes em minha Tese de Doutorado (FERREIRA, 2009), que estuda o processo de institucionalização da linguística na Universidade Estadual de Campinas. As pesquisas desenvolvidas em minha Tese fazem parte do programa internacional de pesquisa História das Idéias Linguísticas (Capes/Cofecub) e se desenvolveu sob orientação da professora Claudia Pfeiffer, tendo apoio do CNPq (proc. 140215/2005-0), da Capes/Cofecub (proc. BEX 1351/06-0) e da Fapesp (proc. 04/13249-8).

Da perspectiva HIL, esta pesquisa sobre os nomes dos estudos da linguagem, entre outros nomes, se faz considerando a relação indissociável, tensa e contraditória, entre o Estado, as instituições e os saberes, tendo em conta as divisões que o Estado e as instituições produzem sobre os saberes no processo de designação de nomes de disciplinas: os saberes são sempre recortados, são sempre divididos. Mais do que isso, dizer que algo é *saber* já é produzir uma divisão. Dizer que *algo é saber* é, antes de mais nada, dizer que *algo não é*. As instituições universitárias são lugares privilegiados desta divisão política e normativa que institui algo como *um saber* e que produz aí uma divisão. Elas são os espaços onde os saberes são legitimados, ao mesmo tempo em que eles as legitimam.

Os saberes sustentam o lugar da instituição universitária em nossa sociedade e são sempre divididos, re-divididos e hierarquizados em diversos tipos e de diversas maneiras, na história. Na história da constituição destes saberes, a *ciência* – a palavra ciência – teve, no positivismo do século XIX, uma posição de destaque. A ciência significa como o saber mais legítimo entre os demais saberes. É neste espaço da demanda pela cientificidade que a Linguística vai se constituir como *a ciência* da linguagem.

A Institucionalização da Linguística no espaço universitário brasileiro: *a ciência da linguagem*

O processo de institucionalização da Linguística no Brasil teve início no final do século XIX, quando o nome *linguística* começa a ser introduzido em gramáticas e em outras produções. Com a criação das faculdades de letras, no início da década de 1930, o nome *linguística* começa a aparecer enquanto designação de *matéria* do curso de Filologia, depois como nome de *disciplina* e nome de *curso*. A partir de 1950, *linguística* tornou-se nome de *setor*, de *cadeira*, de *departamento* e nome de programas de Pós-Graduação.

Apresento, a seguir, uma tabela – não exaustiva – que ilustra alguns acontecimentos importantes relativos ao processo de institucionalização da linguística em faculdades e universidades brasileiras até meados da década de 1980 do século XX (FERREIRA, 2009).

Datas	Acontecimentos
1935...	O nome <i>linguística</i> começa a aparecer como matéria de disciplinas de cursos de Letras
1938-1939	Curso de Linguística ministrado por Mattoso Câmara na Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro
1950	Curso de Linguística ministrado por Mattoso Câmara na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro

1958	Criação do Setor de Linguística no Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, organizado por Mattoso Câmara
1962	Estabelecimento do Currículo Mínimo para os cursos de Letras, por resolução do Conselho Federal de Educação, nos quais a Linguística se torna disciplina obrigatória
1962	Criação de um Departamento de Linguística no Instituto Central de Letras da Universidade de Brasília
1963	Criação de um Programa de Pós-Graduação em Linguística no Instituto de Letras da Universidade de Brasília
1965	Início da Pós-Graduação em Linguística na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo – USP
1968	Criação da Pós-Graduação em Linguística no Museu Nacional do Rio de Janeiro
1970	Criação do Departamento e do Curso de Graduação em Linguística no Instituto de Ciências Humanas da Unicamp
1971	Início da Pós-Graduação em Linguística no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp
1971	Transferência da Pós-Graduação em Linguística do Museu Nacional para a Faculdade de Letras da Universidade do Rio de Janeiro
1971	Início da Pós-Graduação em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina
1976	Criação do Instituto de Estudos da Linguagem na Unicamp, formado pelo Departamento de Linguística e pelo recém criado Departamento de Teoria Literária
[1984 ?]	Inclusão da Linguística na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq
1986	Criação do Departamento de Linguística na Faculdade de Letras da USP

Estes acontecimentos, relativos à institucionalização da linguística enquanto o nome “escolhido” para designar uma parte dos estudos da linguagem no espaço universitário brasileiro, são possibilitados por uma discursividade da linguística significada enquanto *a ciência da linguagem*, que é materializada eficazmente através da formulação *a linguística é a ciência da linguagem*.

Nesta formulação, a enunciação de *a ciência* funciona como uma categoria pré-estabelecida, sob a evidência de unidade e de homogeneidade, como uma etiqueta a-histórica que, no entanto, legitima e divide os saberes na história. Podemos dizer que tal definição se sustenta sob este efeito de evidência da unidade de uma ciência, reafirmada fortemente com a demanda pela cientificidade produzida no século XIX. Este efeito de evidência de unidade de uma ciência, nos termos de Dominique Lecourt (1972, p. 13): “a noção ideológica unitária de “a ciência””, legitima o próprio nome da ciência em questão. O nome *Linguística*, desde o século XIX, esteve sempre sustentado por este efeito de cientificidade: um preconstruído bastante produtivo até os dias de hoje.

Linguística, Ciência da Língua, Ciência da Linguagem...

Em textos de linguistas de filiações teóricas distintas e vinculados a espaços científicos diversos, dentro e fora do Brasil, podemos observar que a linguística é frequentemente formulada enquanto *a ciência da linguagem*. A meu ver, esta formulação se configura como um acontecimento discursivo bastante significativo na história dos estudos sobre a linguagem, de modo geral.

Em relação a isto, é interessante notar que em nenhuma parte do *Cours* – exceto quando a referência é a obra de outro autor² – a linguística é definida dessa maneira, pela *linguagem*. Ela é repetidamente reescrita³ ao longo da obra pela expressão *a ciência da língua*.

Apesar disto, é interessante observar que em diversos textos de diversos linguistas de filiação saussuriana a linguística é significada enquanto *a ciência da linguagem* e não simplesmente como *a ciência da língua*: produz-se aí, inevitavelmente, um deslocamento em relação à teoria saussuriana.

No entanto, embora Saussure defina a linguística como *a ciência da língua*, sabemos que a questão da linguagem comparece em diversas partes de sua obra. É necessário falar de linguagem para poder definir o que é língua.

No Capítulo II da primeira parte do *Cours* há uma reflexão interessante sobre a relação entre língua e linguagem. Ela se inicia do seguinte modo: “A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana” (SAUSSURE, 1916, p. 13).

Ao lado disso, é importante notar o papel da demanda pela cientificidade na necessidade de definir a língua como o objeto da linguística no *Cours*. O corte saussuriano, como se sabe, produziu as conhecidas oposições (frequentemente nomeadas de dicotomias) entre língua e fala, entre sincronia e diacronia, entre relações sintagmáticas e relações associativas, dentre outras. Ao mesmo tempo, isso levou à formulação de diversas divisões no domínio da Linguística: linguística indo-européia, linguística da língua, linguística da fala, linguística interna, linguística externa, linguística estática, linguística evolutiva, linguística sincrônica, linguística diacrônica, e etc.

² A designação de *ciência da linguagem* está presente na obra do autor apenas como citação das conferências de Max Müller, *Leçons sur la Science du Langage* (1861).

³ Tomo o conceito de *reescritura* tal como ele é definido por E. Guimarães (2002, 2004).

No capítulo IV da primeira parte do *Cours*, intitulado de Linguística da Língua e Linguística da Fala, por exemplo, podemos observar mais de perto essas divisões em funcionamento:

Com outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar **no conjunto do estudo da linguagem**, situamos ao mesmo tempo toda a Linguística (*ibidem*, p. 26)

O estudo da linguagem comporta, portanto, **duas partes**: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física.

Sem dúvida, esses dois **objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente**; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça (*ibidem*, p. 27).

Nesta divisão, o estudo da linguagem não é necessariamente uma *disciplina* e nem uma *ciência*, mas um *estudo* ou um *conjunto do estudo*. Ou ainda, para dar outro exemplo, como *conjunto de fatos*: “A língua assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é” (*ibidem*, p. 23).

A esse respeito, vale lembrar as análises sobre a fundação da Semiologia, realizadas por J-C. Chiss e C. Puech (1999). Segundo os autores, a Linguística se constitui no *Cours* no espaço da Semiologia, uma disciplina até então inexistente. Ela está presente na obra enquanto um *porvir projetado* (*avenir projeté*) e depois passa a existir como um *passado memorizado* (*passé mémorisé*) em outras obras de outros autores.

Nesse sentido, poderia dizer que o estatuto de ciência no *Cours* é projetado para a Semiologia, que estuda “a vida dos signos no seio da vida social” (*ibidem*, p. 24) e daí para a Linguística, que é “uma parte dessa ciência geral” (*ibidem*, p. 24).

Linguística, Ciência da Língua, Ciência da Linguagem, Ciências da Linguagem...

Nesta história de nomes dos saberes, quanto à designação de *ciências da linguagem*, ela produz outro tipo de deslocamento. Esta designação pode ser encontrada numa obra de referência bastante conhecida, publicada em 1972, que é o *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage* de Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov. Este dicionário teve sua edição brasileira publicada ainda na década de 1970, pela Editora Perspectiva⁴. É bastante interessante que no início da introdução deste dicionário, há um comentário dos autores sobre esta designação. Vejamos: “O título desta obra comporta duas

⁴ Em diversas edições deste Dicionário que pude pesquisar não havia menção à data da primeira edição publicada no Brasil.

particularidades, que respondem a duas opções fundamentais e que precisamos explicar aqui: o plural *ciências* e o singular *linguagem*” (DUCROT & TODOROV, 1972b, p.9)⁵.

Vemos que, naquele momento, era preciso explicar as ‘opções fundamentais’ do ‘plural *ciências*’ e do ‘singular *linguagem*’. Apenas isto já mostra que esta formulação *ciências da linguagem* ainda não tinha sido naturalizada, ainda não funcionava no plano das evidências, era preciso explicá-la, justificá-la.

Passando para a década de noventa do século passado, vemos essa demanda pela necessidade de se colocar a expressão *ciência da linguagem* no plural ser comentada por S. Aurox (1992), para quem a Linguística é uma forma de saber ‘eminentemente transitória’:

É preciso, em particular, se render à evidência: a *linguística*, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812 (cf. Aurox, 1987a), é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se pois de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorremos cada vez mais à expressão plural “**ciências da linguagem**”) (tradução minha, p. 12)”.

Essa questão também é observada por J-L. Chiss e C. Puech (1999), que dizem: “Definir a identidade de uma disciplina, também num momento em que a locução “**ciências da linguagem**” tende a substituir o termo “linguística”, é se situar entre memória e porvir, entre extensões e limites” (tradução minha, p. 9).⁶

A meu ver, a possibilidade histórica da passagem da expressão *ciência da linguagem*, no singular, para *ciências da linguagem*, no plural, significa um acontecimento discursivo sem dúvida decisivo para o conjunto dos estudos sobre a linguagem de modo geral. A formulação *ciências da linguagem* possibilitou a realização de outros recortes entre os domínios de saber, produzindo efeitos interessantes sobre a, até então, relação inequívoca de sinonímia entre *linguística* e *ciência da linguagem*. Ou seja, nesses deslocamentos teórico-epistemológicos – que tocam, sempre, de uma forma ou de outra, a tensão entre a linguística, ‘seu domínio próprio’ (J-C. MILNER, 1978) e aquilo que foi dela excluído por Saussure, mas que retorna sob diversas formas na disputa por um espaço no domínio do científico – entra em jogo o processo de questionamento da evidência da

⁵ Em francês : «Le titre de cet ouvrage comporte deux particularités, qui répondent à deux options fondamentales et que nous nous devons d’expliquer ici: le pluriel de *sciences*, le singulier de *langage*» (DUCROT & TODOROV, 1972a, p. 7).

linguística como *a* ciência da linguagem: ela passa a ser considerada como *uma ciência da linguagem*, ao lado de outras.

Da perspectiva HIL, a instauração desta nova configuração dos estudos da linguagem não se constitui fora das condições histórico-políticas que envolvem o Estado e as instituições. Talvez um passo na compreensão da formulação deste plural seja pensar que o dicionário abrigava um grande número de domínios de saber científicos que não se deixavam significar pela expressão *ciência da linguagem*, que funcionava fortemente (e ainda funciona) como sinônimo de linguística. Desse modo, a necessidade de colocar *ciência* no plural em um dicionário especializado se produz através da necessidade de trabalho com uma distribuição de saberes já existente – ou seja, saberes já institucionalizados, já recortados no interior de universidades, faculdades, departamentos, cursos, disciplinas, etc. E também, através de publicações de autores legitimados por sua relação com outros autores e com alguma instituição. E ainda e, sobretudo, pelas demandas do Estado sobre a legitimação dos saberes.

Linguística, Ciências da Linguagem e Estudos da Linguagem na Unicamp

Como mostrei no quadro ilustrativo do processo de institucionalização da linguística em faculdades e universidades brasileiras, o Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp teve início no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em 1971 e, em 1976, foi transferido para o Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. O IEL foi a primeira instituição universitária do Brasil que teve a palavra *linguagem* em seu nome, e com o nome *estudos da linguagem*.

A história de constituição do IEL está ligada a uma demanda da própria universidade, que previa a criação de um Instituto de Letras e, ao lado disso, às novas propostas apresentadas pelos professores do Departamento de Linguística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, onde havia também um grupo importante de Teoria Literária. Ao mesmo tempo, o fato de que esses professores se encontravam vinculados a um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e não a uma Faculdade de Letras não foi sem consequências para a criação do IEL.

⁶ No livro, em francês: «Définir l'identité d'une discipline, à un moment aussi où la locution «sciences du langage» tend à se substituer au terme «linguistique» c'est se situer entre mémoire et avenir, entre extensions et limites».

As primeiras propostas para o novo Instituto já buscavam fugir do sistema tradicional das Letras. Uma delas, sem data, mas que deve ter sido escrita em 1975, diz o seguinte:

A proposta que submetemos à Unicamp é no sentido de que, em lugar de **um “Instituto de Letras”**, esta universidade crie e desenvolva uma unidade de ensino e pesquisa **sobre a linguagem humana: a linguagem** como atributo específico do homem, investigada nos inúmeros aspectos de sua complexa natureza – físicos, biológicos, psíquicos, sociais – e nos usos culturais que dela fazem as comunidades humanas e cuja manifestação mais requintada é a arte literária. (Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp 1975-1982 : cx 2, mç 1)

Uma outra proposta, que é, provavelmente, do mesmo ano, intitulava-se: “O novo Instituto de Linguística e Estudos Literários”. (Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp 1975-1982: cx 2, mç 1).

Em 1976 é apresentada a “Proposta Instituto de Estudos da Linguagem – IEL”, que foi aprovada pela universidade por unanimidade. Nessa proposta, o IEL é definido como:

Unidade de ensino e pesquisa, nos níveis de graduação e pós-graduação, destinada a formar docentes e pesquisadores no domínio dos estudos sobre **a linguagem em suas diversas manifestações**. (Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp 1976: 6)⁷

Seu objetivo é:

... assegurar as condições para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino, nas áreas do conhecimento que tenham por **denominador comum** o fenômeno **da linguagem humana**, nos múltiplos aspectos da sua natureza complexa (físicos, biológicos, psíquicos, sociais, estéticos) e nos usos culturais que dela fazem as diversas comunidades. (ibidem: 7).

Essas áreas do conhecimento são divididas em duas disciplinas já existentes: “... tanto a Linguística quanto a Teoria Literária têm por denominador comum **a linguagem**, ponto de partida do conhecimento propriamente humano, condição do desenvolvimento cultural” (ibidem: 9).

Naquele momento, outro nome cogitado como opção à Instituto de Letras era **Instituto de Ciências da Linguagem**. A proposta desse nome não aparece em documentos

⁷ Podemos observar aqui, que a formulação sobre a linguagem em ‘todas as manifestações’ em Saussure, repercutiu produtivamente em textos concernentes à história da linguística e do IEL na Unicamp, ainda que ela seja significada para Saussure como algo com que a Linguística se constitui ‘inicialmente’.

de arquivo da Unicamp, mas é bem conhecida pela comunidade de professores do IEL. Essa proposta é comentada na obra *Conversas com Linguistas. Virtudes e Controvérsias da Linguística* (CORTEZ & XAVIER (orgs.) 2003), que reúne um conjunto de entrevistas realizadas com diversos professores de diferentes universidades brasileiras. Todas as entrevistas foram feitas seguindo um roteiro fixo de dez questões idênticas para todos os entrevistados, dentre as quais a questão fatídica: *A linguística é ciência?*

Buscando responder precisamente a esta questão, a professora M. Bernadete Abaurre, que participou do projeto de constituição do IEL, diz:

O próprio nome do meu instituto na Unicamp, o IEL, poderia ter sido **Instituto de Ciências da Linguagem**, mas optou-se, ao fim de muita discussão, por Instituto de Estudos da Linguagem. E o fato de termos também um departamento de teoria literária no IEL, fez com que a questão, no momento da constituição do instituto, surgisse muito forte. Por isso somos hoje o Instituto de Estudos da Linguagem. No âmbito do próprio departamento de linguística, algumas pessoas não se sentem muito confortáveis com esse enquadramento enquanto cientistas. Por esse motivo, é preferível pensar na linguística como uma disciplina que define um campo de investigação sobre a linguagem. (CORTEZ & XAVIER, 2003: 17/18).

A cientificidade é justamente a questão que impedia a opção Instituto de Ciências da Linguagem, não apenas porque havia um Departamento de Teoria Literária, mas porque o próprio Departamento de Linguística abrigava domínios de saber que não eram considerados tão científicos assim: como, por exemplo, a Semântica e a Análise do Discurso, que já eram disciplinas do Curso de Linguística neste espaço institucional desde 1972⁸.

Nesse contexto, a partir do efeito de pertencimento de determinados domínios de saber à Linguística, pelo fato de tais domínios terem se institucionalizado como *disciplinas* do *curso* de Linguística, os próprios sentidos de *linguística* também se estenderam. Ao lado disso, a expressão *estudos da linguagem* também é bastante frequente.

Além disso, é interessante notar que a própria confecção da obra já mostra a força do nome *linguística* significando produtivamente: ‘Conversas com Linguistas’ e não com *cientistas da linguagem* e nem com *estudiosos da linguagem*.

⁸ Um aspecto importante a ser notado é que, apesar de a Teoria Literária não significar nesses textos no espaço do científico tal como a linguística, seu nome carrega sentidos vinculados à demanda pela cientificidade. Teoria Literária é *teoria*, o que a distingue de Literatura. Teoria Literária funciona no espaço de *saber sobre a Literatura* e não no espaço de *saber a Literatura*.

A Linguística e outros nomes da linguagem em Programas de Pós-Graduação e nas Tabelas do CNPq

No caminho para compreender o modo como os sentidos construídos em torno do nome *linguística* ao lado de *ciências da linguagem*, *estudos da linguagem*, etc. na Unicamp e no espaço universitário brasileiro de modo geral, é fundamental a consideração das políticas institucionais relacionadas ao Estado e às instituições universitárias.

Atualmente, no espaço científico brasileiro, o nome Ciências da Linguagem comparece como nome de programas de Pós-Graduação, ao lado de Linguística, Letras e outros nomes. Em termos quantitativos, se compararmos a grande quantidade existente de programas de Pós-Graduação em Letras e em Linguística com os programas nomeados de Ciências da Linguagem, o nome Ciências da Linguagem, bem como outros nomes, não têm uma presença tão expressiva, mas é uma presença que não deixa de ser significativa.

Entre os programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES⁹, a palavra *linguística* aparece em dezessete deles¹⁰. E há também três programas que contêm a expressão estudos linguísticos em seu nome:

Palavras/expressões	Ocorrência	Nome do Programa de Pós-Graduação
linguística	17	11 Linguística 1 Letras: Linguística e Teoria Literária 3 Letras e Linguística 1 Linguística e Letras 1 Linguística e Língua Portuguesa
estudos linguísticos	3	2 Estudos Linguísticos 1 Estudos Linguísticos e Literários em Inglês

(CAPES, 2008)

Entre esses vinte Programas de Pós-Graduação, dezessete são ligados às Letras (como *Instituto*, *Faculdade*, *Departamento* ou *Centro*).

Os três outros programas que não estão vinculados às Letras são o da Unicamp, de 1971, da Universidade Federal de Santa Catarina, também de 1971 e o da Universidade Federal de Uberlândia, de 1994.

⁹ Cf. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (2008) *Planilhas Coloridas*. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/coloridas/41_Letras_Ling.xls. Acesso: 3 nov 2008.

¹⁰ Sem contar os seis programas que têm em seu nome a expressão *linguística aplicada*.

Além desses programas de linguística, há ainda dois com a expressão *ciências da linguagem*, três com a expressão *estudos da linguagem*, um com a expressão *estudos da linguagem*, três com a palavra *linguagem* e dois com a expressão *estudo de linguagens*:

Palavras/expressões	Ocorrência	Nome do Programa de Pós-Graduação
linguagem	9	2 Ciências da Linguagem 2 Estudos da Linguagem 1 Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem 1 Estudos de Linguagem 1 Letras – Linguagem e Identidade 1 Letras – Linguagem e Sociedade 1 Linguagem e Ensino
linguagens	2	2 Estudo de Linguagens

(COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR 2008)

A circulação desses outros nomes ao lado de *linguística* no espaço científico brasileiro produziu seus efeitos sobre a versão preliminar de uma nova tabela do conhecimento proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em 2005. Essa versão preliminar propôs substituir *Linguística, Letras e Artes* por *Linguagens e Artes*:

**Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq
- as grandes áreas -**

Tabela utilizada, provavelmente, a partir de 1984 ¹¹	Tabela proposta em 2005 ¹²
1. Ciências Exatas e da Terra 2. Ciências Biológicas 3. Engenharias 4. Ciências da Saúde 5. Ciências Agrárias 6. Ciências Sociais Aplicadas 7. Ciências Humanas 8. Linguística, Letras e Artes 9. Outros	1. Ciências Matemáticas e Naturais 2. Engenharias e Computação 3. Ciências Biológicas 4. Ciências Médicas e da Saúde 5. Ciências Agrônomicas e Veterinárias 6. Ciências Humanas 7. Ciências Socialmente Aplicáveis 8. Linguagens e Artes

No entanto, o parecer das associações científicas representativas da área de Linguística e Letras foi de manter a designação antiga.

¹¹ Cf. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO [198?] *Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>. Acesso: 3 nov 2008.

¹² Cf. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (2005) *Nova Tabela de Áreas do Conhecimento*. Disponível em: <http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>. Acesso: 3 nov 2008.

Uma análise inicial destas diversas maneiras de nomear os estudos da linguagem permitiu que eu elaborasse algumas reflexões, que penso serem interessantes. Vale notar, por exemplo, que a ordem dos nomes na tabela de áreas do CNPq que se manteve coloca Linguística antes de Letras e Letras antes de Artes. Embora a Linguística não esteja situada entre as Ciências Humanas como uma Ciência Humana nesta tabela, na relação **Linguística, Letras e Artes** funciona uma hierarquia – através da própria história de sentidos que foi se constituindo sobre os nomes destes domínios. Nesta hierarquia, que se pauta pela relação Ciências, Letras e Artes, a Linguística é a Ciência.

Já na relação estabelecida no nome de uma das associações que optou por manter a designação antiga, estabelecem-se outras configurações de sentido. No nome da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em **Letras e Linguística**, a relação parece se constituir através de uma legitimação que remete a uma cronologia, a uma tradição: as Letras já são uma tradição, uma instituição. A Linguística vem depois.

Entre os diversos nomes de linguagem dos programas de pós-graduação, também há relações interessantes a observar. No programa de pós-graduação nomeado de Letras: Linguística e Teoria Literária, por exemplo, Letras é hiperônimo de Linguística e Teoria Literária. O conectivo ‘e’, que separa os dois nomes inscritos no interior das Letras é divisão/oposição, sendo adição apenas em relação à Letras.

Além dessas relações, há várias outras, que desembocariam em muitas e produtivas reflexões. Gostaria de finalizar apontando aqui, de maneira geral, para as relações entre Linguística, Estudos Linguísticos, Ciências da Linguagem, Estudos da Linguagem, Estudos de Linguagem e Linguagens. Diria que esses nomes concorrem com linguística. Mas é interessante notar que esta relação de concorrência não é apenas entre *linguística* e todos estes outros nomes. Elas são também entre:

Ciências da Linguagem	x	Estudos da Linguagem
Estudos da Linguagem	x	Estudos de Linguagem
Ciências da Linguagem	x	Estudo de Linguagens
Estudos da Linguagem		Linguagens
Estudos de Linguagem		

Considerações Finais

Buscando refletir sobre a introdução destes nomes junto ao nome “linguística” no espaço universitário brasileiro, penso que é importante lembrar que a necessidade de

renomear o campo se impõe porque o que está em questão é a falta. A questão a saber, portanto, é: o que falta? A falta não é exatamente a mesma entre essas diferentes designações.

Ao mesmo tempo, não se trata, evidentemente, de uma simples substituição de nomes, mas de uma reconfiguração do domínio do saber. Esse processo de re-nomeação e de re-configuração do domínio, movido pela falta, produz necessariamente outras faltas, assim como outros apagamentos e esquecimentos. As faltas, os apagamentos e os esquecimentos são constitutivos da produção do saber; no entanto, não é qualquer coisa que pode faltar, não é qualquer coisa que se pode apagar, não é qualquer coisa que se pode esquecer.

No caso de *linguagens*, a adição do ‘s’ é, talvez, efeito do questionamento da ruptura saussuriana. Esse questionamento desemboca, às vezes, em uma formulação equivocada da falta: *não é somente a língua, é a linguagem. Mas não é somente uma língua e uma linguagem, são diversas línguas e linguagens*. Nesse sentido, produz-se uma multiplicação das tipologias, o esquecimento o objeto e, por consequência, o apagamento da teoria. Mas os saberes não são multiplicação, eles não se abstêm de um objeto e de uma teoria a seu respeito. Ao contrário, eles são sempre divididos, politicamente divididos.

No caso de *ciências da linguagem*, *estudos da linguagem* e *estudos de linguagem* não é preciso que se diga, *há diversas linguagens* porque isso pode ser evidente: *a linguagem* não é sinônimo de *uma linguagem*. Em outras palavras, a linguagem é um objeto teórico e, ao menos a princípio, ele não se confunde com as linguagens efetivamente existentes. A falta aqui é de outra ordem. Em *ciências da linguagem* é: *não há somente uma ciência da linguagem, a linguística, há outras*. Em *estudos da linguagem* é: *não há somente os estudos da linguagem que são científicos, há também aqueles que não o são*.

A política linguística das associações científicas representativas do domínio dos estudos sobre a linguagem, ao escolher manter o nome da área do conhecimento da tabela do CNPq como Linguística e Letras mostra sua recusa de abrir mão de seu objeto.

Ao mesmo tempo, no contexto de identificação científico-nacional, representado tanto pelos nomes de Programas de Pós-Graduação, quanto pela localização do domínio Linguística e Letras fora do campo das Ciências Humanas, a cientificidade continua a ser uma questão.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO CENTRAL DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP – AC/SIARQ. **Notas sobre a Unicamp e o IEL** : cx 2, mc 1. 1975-1982.

_____. **Constituição do Instituto de Estudos da Linguagem**: 6/9. 1976.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHISS, Jean-Louis & PUECH, Christian. **Le langage et ses disciplines**. Paris, Bruxelles : Editions Duculot, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO [198?] **Áreas do Conhecimento**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/areasconhecimento/index.htm>. Acesso: 3 nov 2008.

_____. (2005) **Nova Tabela de Áreas do Conhecimento**. Disponível em: <http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>. Último acesso: 3 nov. 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Planilhas Coloridas**. 2008. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/coloridas/41_Letras_Ling.xls. Último acesso: 3 nov. 2008.

CORTEZ, Suzana & XAVIER, Antonio Carlos (orgs.) **Conversas com linguistas. Virtudes e Controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. **Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage**. Paris : Seuil. 1972a.

_____. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2001, 3 ed, 2 reimpressão. 1972b.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **A Linguística entre os Nomes da Linguagem. Uma Reflexão na História das Idéias Linguísticas no Brasil**. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/Unicamp. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Um Estudo Enunciativo da Designação. Campinas: Pontes. 2002.

_____. **História da Semântica. Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil**. Campinas: Pontes. 2004.

LECOURT, Dominique. **Para uma Crítica da Epistemologia**. Lisboa: Assírio e Alvin, 1980, 2 ed. 1972.

MILNER, Jean-Claude (1978). **O Amor da Língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MÜLLER, Max (1861) **Leçons sur la Science du Langage**. Paris : Durand et Pedone Lauriel, 1867.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) **Curso de Linguística Geral**. 24 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, membro do programa História das Idéias Linguísticas no Brasil e professora do Curso de Letras-Português da Universidade Metodista de Piracicaba. Atua nas áreas de História das Idéias Linguísticas, Análise de Discurso e Semântica da Enunciação. (anaclau@gmail.com)

Efeito do sexo e idade na produção do VOT

Letícia Corrêa Celeste (UFMG)
Érica Gonçalves Teixeira (UFMG)

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo investigar a variação do voice onset time (VOT) no português brasileiro da consoante /k/ sob os efeitos de contexto vocálico, sexo e idade. Participaram desta pesquisa 20 informantes, sendo 5 mulheres adultas, 5 homens adultos, 5 mulheres idosas e 5 homens idosos. Os participantes leram um pequeno texto contendo a consoante no contexto CVC seguida de /a/ e /e/. O VOT foi medido desde o início da barra de explosão até o início da vibração da vogal seguinte. Foi possível observar que o contexto não apresentou variabilidade estatisticamente significativa. Já o sexo e a idade apresentaram diferença estatisticamente muito significativas.

Palavras-chave: Voice onset time, diferença de sexo, idade.

ABSTRACT: *The present study was conducted to investigate the variability of voice onset time (VOT) in the Brazilian Portuguese consonant /k/ under effect of vowel context, sex and age. 20 speakers participated: 5 adult women, 5 adult men, 5 elderly women and 5 elderly men. The participants read a small text with the consonant in the context CVC followed by /a/ and /e/. The VOT was measured from the beginning of the burst until the beginning of the following vowel vibration. It was possible to observe that the context did not have influence on VOT. However, sex and age presented a statistically significant difference.*

Keywords: *Voice onset time, sex difference, age.*

Introdução

As medidas acústicas relativas às oclusivas (tempo de silêncio, barra de explosão e voice onset time) apresentam-se de forma consistente porém diferentes nas línguas (HESELWOOD & MCCHRYSTAL 2000; FLEGE 1991; LISKER & ABRAMSON, 1964). Por exemplo, as oclusivas não vozeadas do inglês são produzidas com VOT longo e aspirado, enquanto no português essa mesma medida é mais curta e não há aspiração (ROCCA, 2003).

O português brasileiro apresenta três consoantes oclusivas não vozeadas (/p/, /t/ e /k/) e três vozeadas (/b/, /d/ e /g/), as mesmas encontradas no português europeu (LOUSADA, 2006). O correlato acústico dessas consoantes são tempo de silêncio (referente ao acúmulo de pressão intra-oral, ou seja, oclusão total do trato vocal pelos articuladores), barra de explosão (liberação da pressão pelos articuladores) e *voice onset time* (VOT) (HERLICH & ACKERMAN, 2007; LOUSADA, 2006; ROCCA, 2003).

Sabe-se, no entanto, que as medidas das oclusivas, em especial do VOT, podem ser alteradas por diversos fatores como o contexto linguístico (LSKER & ABRAMSON, 1967), prosódia (MCCREA & MORRIS, 2005 ; KESSINGER & BLUMSTEIN, 1998; VOLAITIS & MILLER, 1992), sexo e idade (MORRIS, 2009).

Consoantes oclusivas e idade

Estudos têm mostrado que a diferença de idade interfere tanto na percepção quanto na produção do VOT. A relação entre percepção e produção foi estudada a partir da diferença entre crianças e adultos tendo como base o grau de correspondência entre a percepção do VOT e a produção do mesmo (ZLATIN & KOENIGSKNECHT, 1976).

Estudos investigativos sobre a relação entre a idade e a identificação/percepção de sons da fala relatam que o envelhecimento pode influenciar no processo de percepção de pistas temporais específicas como o VOT (Gordon-Salanti et. al., 2006; Lister & Taver, 2004).

Já no que tange à produção das oclusivas, propriamente ditas, e idade, os estudos se dividem em dois: a relação entre a aquisição e a produção já “aprendida”, ou seja, diferença entre crianças e adultos, e os efeitos do envelhecimento na articulação, ou seja, diferença entre adultos e idosos ou entre adultos jovens e adultos mais velhos.

Os estudos relativos à idade e aquisição/desenvolvimento do VOT foram detalhados e possibilitaram o estabelecimento de etapas para o inglês (WHITESIDE, 2001). No primeiro estágio, até os 18 meses, não são encontradas as diferenças nos valores de VOT para as oclusivas vozeadas e não vozeadas como no adulto (WHITESIDE, 2001), como mostra o estudo de Kewley-Port & Preston (1974). No segundo estágio há um aumento do VOT nas oclusivas não vozeadas que é consolidado no terceiro estágio quando a criança está com aproximadamente 2 anos (WHITESIDE, 2001). No estágio quarto os valores de VOT para as oclusivas vozeadas e não vozeadas começam a se assemelhar à produção dos adultos se consolidando a partir dessa idade no quinto estágio (WHITESIDE, 2001; FLETCHER, 1989). Na comparação entre crianças de seis anos e adolescentes de 14 anos, FLETCHER (1989) verificou que os mais velhos alcançavam o local de articulação e produziam as oclusivas mais rápido do que os mais novos, mostrando um salto importante entre essas idades.

Estudos que mostram as medidas de VOT de indivíduos adultos são diversos (LOWESTEIN & NITTOUER, 2008; JENSEN & RINGEN, 2002; CHO & LADEFOGED, 1999; LISKER & ABRAMSON, 1967), no entanto, poucos se dedicam a comparação entre essa faixa etária e idosos.

Foram estudadas as medidas de VOT de 20 homens canadenses de língua francesa, sendo 10 homens adultos, com idade média de 24 anos, e 10 homens mais velhos, com idade média de 67 anos (RYALLS et. al., 1997). Os dados foram coletados a partir da produção de sílabas isoladas contendo as consoantes /p/, /b/, /t/, /d/, /k/ e /g/ num ambiente CV. Os resultados mostraram que há maior variabilidade na produção das consoantes vozeadas e menor nas não vozeadas no grupo de idosos quando comparado aos adultos (RYALLS et. al., 1997).

A questão da variabilidade nas medidas de VOT relacionada ao aumento da idade também foi estudada por Sweeting e Baken (1982), mas comparando adultos (com faixa etária de 25 a 39 anos) com dois grupos de indivíduos idosos, o primeiro com indivíduos de 65 a 74 anos e o segundo com indivíduos com mais de 75 anos. Os autores verificaram que a média do VOT não apresentou diferença estatisticamente significativa, mas o desvio padrão sim. A variabilidade das medidas do VOT aumentam com o aumento da idade (SWEETING & BAKEN, 1982).

Consoantes oclusivas e sexo

Assim como a idade influencia nas medidas de VOT, a diferença de sexo também parece ser um fator relevante.

A diferença entre os sexos parece ter marcação mais forte na pré-adolescência do que na infância (WHITESIDE, HENRY e DOBBIN, 2004; WHITESIDE & MARSHALL, 2001). Em um estudo com pré-adolescentes de 9 a 11 anos se constatou que os indivíduos do sexo feminino, aos 11 anos, já apresentavam os valores de VOT próximos dos adultos, o que não aconteceu com os do sexo masculino (WHITESIDE & MARSHALL, 2001). Em pré-adolescentes um pouco mais velhos, 13 anos, os resultados de diferença de sexo mostram que, para o inglês britânico, os participantes do sexo feminino apresentam VOT mais longo para as oclusivas não vozeadas do que os indivíduos do sexo masculino (WHITESIDE, HENRY e DOBBIN, 2004). Tal diferença entre os sexos também foi encontrada em indivíduos adultos (WADNERKAR et. al., 2006; ROBB et. al., 2005).

No entanto, outros estudos mostram que há diferença sim entre os sexos, mas não são estatisticamente significativas (MORRIS et. al., 2008; HIGGINS et. al., 1998). Esses achados mostram que há uma diferença importante nos resultados apresentados na literatura e que o tema ainda não foi suficientemente explorado.

O estudo das consoantes oclusivas do português brasileiro é escasso, especialmente no que diz respeito à variação de grupos. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar a variação na produção do VOT das consoantes não vozeadas /k/, sob efeitos da diferença de sexo e de idade, além da variação contextual.

Métodos

Informantes e coleta de dados

Participaram desta pesquisa 20 indivíduos, divididos em quatro grupos: (1) mulheres adultas, com média de 23 anos de idade; (2) homens adultos, com média de 25 anos de idade; (3) mulheres idosas, com média de 63 anos, e; (4) homens idosos, com média de 62 anos. Os participantes não apresentavam alterações neurológicas, sensoriais ou de audição. Uma fonoaudióloga acompanhou a seleção dos informantes a fim de verificar a produção adequada da fala. Todos os informantes da pesquisa, falantes do português brasileiro como língua materna, nasceram e residiram no estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil. Os grupos foram compostos por indivíduos com grau de escolaridade similar.

O corpus desta pesquisa foi constituído da leitura de um pequeno texto que continha a oclusiva /k/ em diferentes ambientes. Os participantes receberam o texto antes da gravação para leitura silenciosa e foram instruídos a questionar caso houvesse dúvidas quanto à pronúncia de alguma das palavras. As gravações foram realizadas em ambiente silencioso para que o ruído não interferisse nas análises. Foi utilizado um microfone de cabeça posicionado a 10 centímetros da boca dos participantes, ligado a um computador. Os dados foram estocados para posterior edição.

Procedimentos de análise

Os dados foram editados e analisados por meio do programa de análise acústica Praat, versão 5.1.02 (disponível em www.praat.org). Para análise do VOT, cada dado foi

medido desde o início da barra de explosão até o início da vibração da vogal seguinte (Fig. 1).

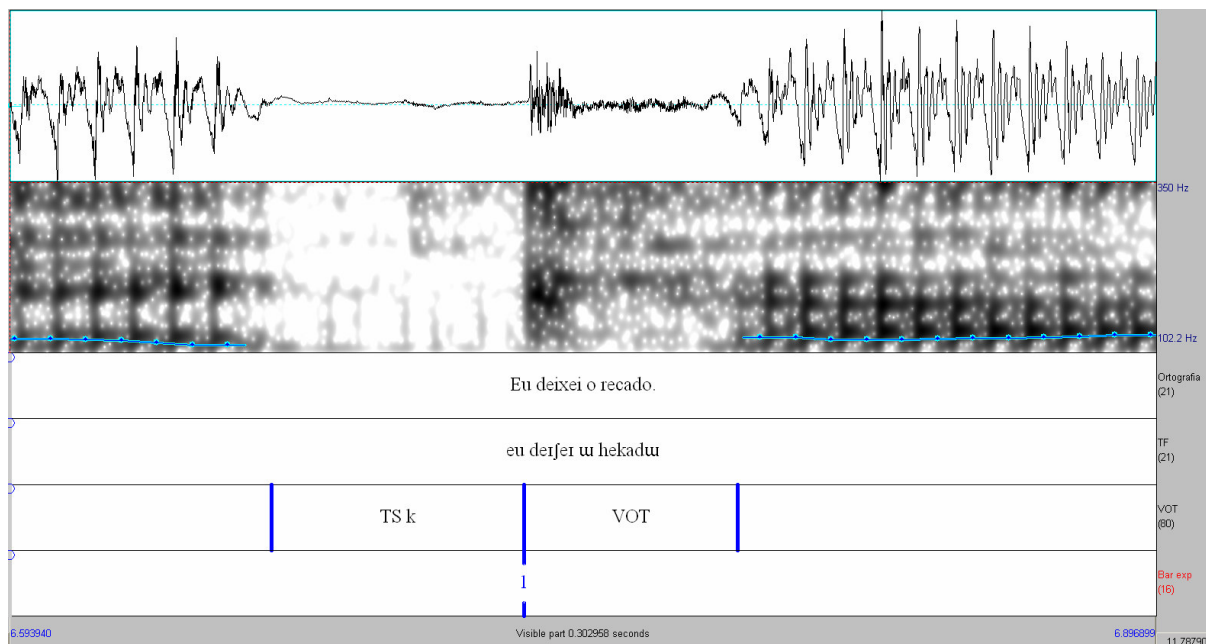


Fig. 1: Oscilograma, espectrograma e textgrid: Na primeira tira a transcrição ortográfica da frase lida. Na segunda tira a transcrição fonética da produção. Na terceira tira a marcação do tempo de silêncio e da duração do VOT da oclusiva. Na quarta tira a indicação da barra de explosão, no exemplo, 1 barra.

As medidas foram tiradas separando grupo por grupo e por contexto. Este último foi sempre VCV, sendo que a vogal que sucedeu o /k/ deveria ser /a/ ou /e/. Foram descartadas as consoantes realizadas no final de cada enunciado e em posição tônica, para que esses contextos não influenciassem os resultados.

Dessa forma, foram separados durante a análise os fatores idade e sexo dos participantes e contexto de produção da oclusiva.

Análise estatística

Para análise estatística foi utilizado o teste não paramétrico de Kruskal Wallis por meio do programa de análise estatística MiniTab15. Foi considerado significativo p menor que 0,05.

Resultados

Diferença contextual

A diferença de contexto neste estudo se refere a vogal que segue a consoante /k/. Nos gráficos de 1 a 4 as médias de cada informante por contexto são mostradas. A diferença entre as vogais /a/ e /e/ foram testadas separadamente por grupo. Em nenhum dos grupos a diferença foi estatisticamente significativa: grupo de mulheres idosas $p=0,08$; grupo de homens idosos $p=0,3$; grupo de mulheres adultas $p=0,06$; grupo de homens adultos $p=0,2$.

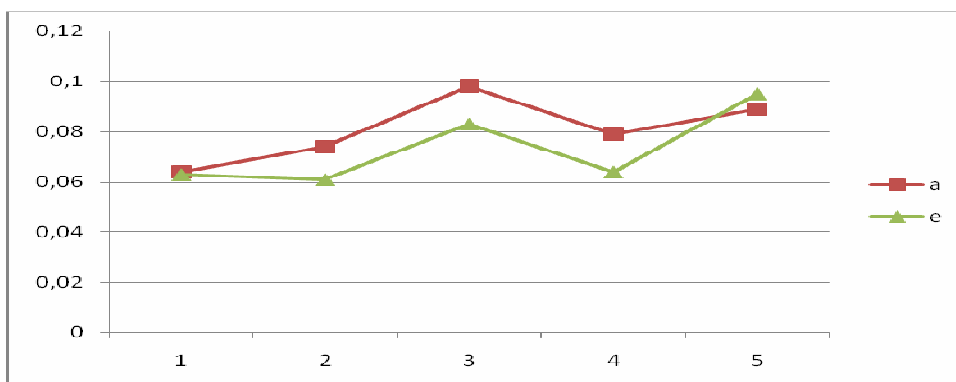


Gráfico 1: Médias dos valores de VOT para as informantes idosas do sexo feminino.

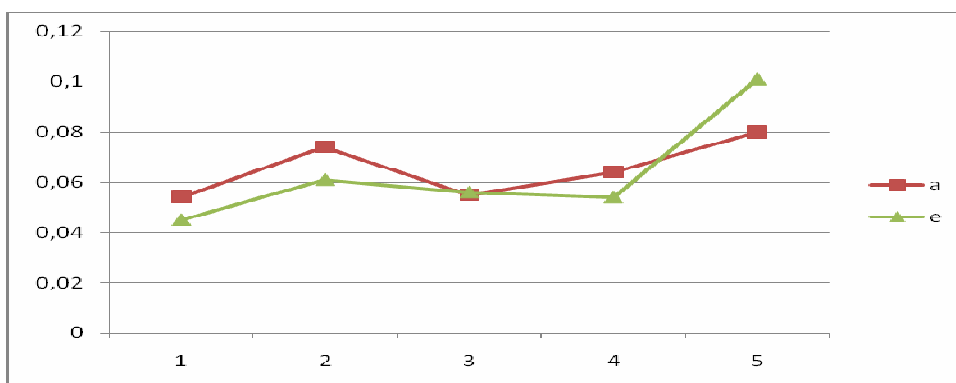


Gráfico 2: Médias dos valores de VOT para os informantes idosos do sexo masculino.

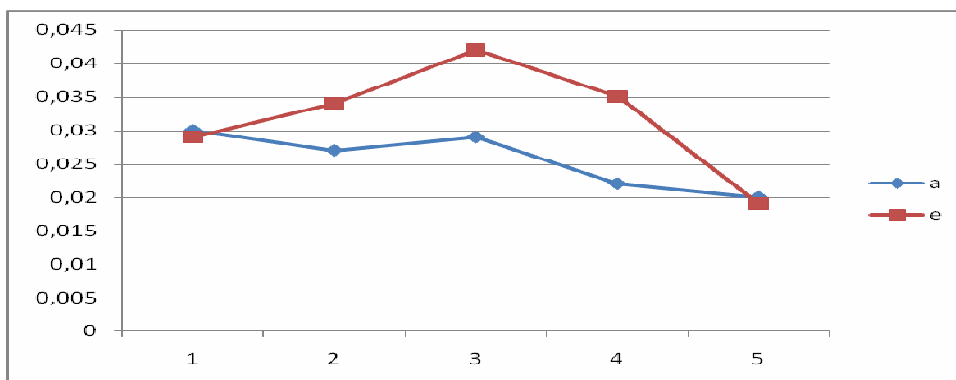


Gráfico 3: Médias dos valores de VOT para as informantes adultas do sexo feminino.

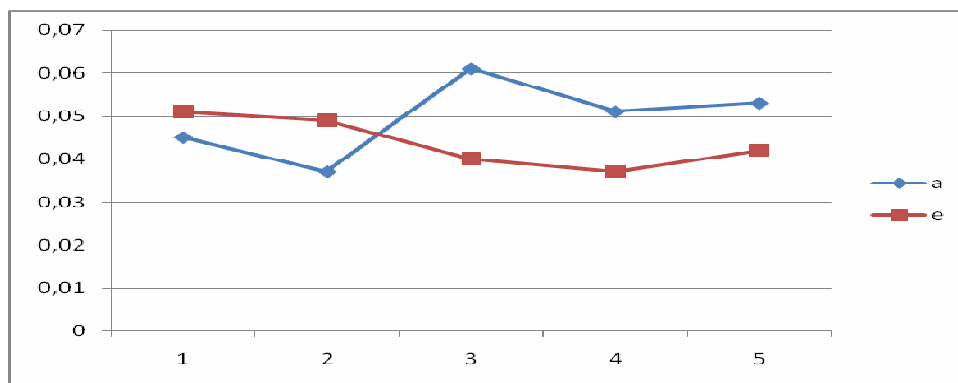


Gráfico 4: Médias dos valores de VOT para os informantes adultos do sexo masculino.

Diferença de sexo

No gráfico 5 as médias dos grupos são mostradas. Na comparação entre o grupo de idosos, as diferenças encontradas não são estatisticamente significativas, com $p=0,08$ quando o contexto é a vogal /a/ e $p=0,4$ quando o contexto é a vogal /e/. Já para o grupo de adultos, ambos os contextos refletiram diferenças estatisticamente significativas na comparação entre os sexos, com $p=0,0006$ para o vogal /a/ e $p=0,05$ para a vogal /e/.

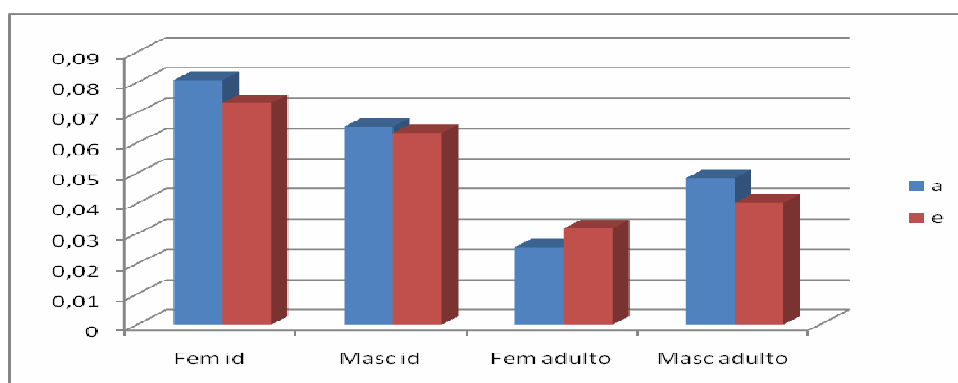


Gráfico 5: Médias dos valores de VOT separadas por grupos¹

Quanto à variabilidade, o gráfico 6 mostra as médias de desvio padrão separadas por grupo. Para os idosos, não há diferença estatisticamente significativa entre os sexos, $p=0,3$ e $p=0,4$ para os contextos /a/ e /e/, respectivamente. Já para os adultos, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos para ambos os contextos: para /a/ $p=0,000*$ (*valores muito significativos, mas diferentes de zero) e para /e/ $p=0,01$.

¹ Legenda: Fem: feminino; Masc: masculino; Id: idoso.

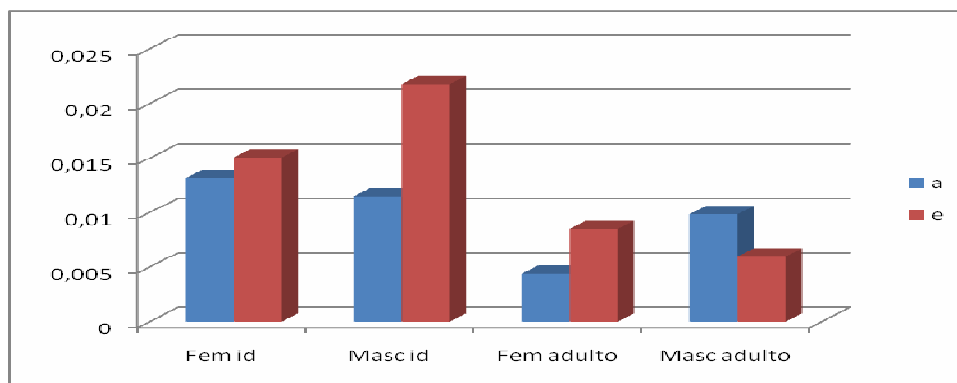


Gráfico 6: Médias dos valores de desvio padrão do VOT separadas por grupos.

Diferença de idade

As diferenças entre as médias para a diferença de idade, tanto para os grupos do sexo feminino quanto masculino, foram estatisticamente significativas. O mesmo foi observado para a variabilidade.

Discussão

Diferença contextual

No presente estudo, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para os contextos /a/ e /e/. Esses achados não corroboram com a literatura na qual é relatada uma diferença importante entre a vogal /a/ e as demais para o inglês (Morris et. al., 2009; Higgins et. al., 1998; Klatt, 1975). Os achados de Lousada (2006) para o português europeu também mostram uma diferença na duração do VOT na mudança da vogal seguinte. A autora encontrou que para o /k/, seguido da vogal aberta, o valor de VOT obteve média de 0,031s, enquanto para as vogais fechadas, /i/ e /u/ essa média subiu para 0,060s.

A diferença entre os resultados aqui encontrados e o relatado na literatura pode ser devido a três fatores. O primeiro diz respeito ao baixo número de informantes desta pesquisa, necessitando de mais estudos para comprovação desses achados. O segundo refere-se a diferenças articulatórias entre o /i/, vogal escolhida como oposição nos estudos mencionados, e o /e/, vogal selecionada neste estudo. Como a vogal /i/ é mais aberta do que a vogal /e/, espera-se resultados diferentes para ambas, com diferentes influências

sobre a duração do VOT. São necessários estudos que comparem o desempenho dessas duas vogais em oposição para melhor esclarecer essa possibilidade.

O terceiro fator diz respeito ao tipo de corpus utilizado em cada estudo. Nos estudos anteriormente descritos, foram utilizadas sílabas isoladas e pequenas frases, enquanto esta pesquisa utilizou leitura de pequenos textos. Cabe ressaltar também que aqui foram analisadas somente as sílabas não tônicas.

Diferença de sexo

As diferenças entre sexo encontradas neste estudo foram significativas para o grupo de adultos. A questão da possível influência do sexo na produção do VOT ainda apresenta resultados díspares na literatura.

Whiteside e Irving (1998) pesquisaram sobre a diferença do VOT em 5 homens e 5 mulheres, todos adultos, falantes do inglês, em palavras isoladas. Os autores mostram que, para as oclusivas não vozeadas, as mulheres apresentaram valores de VOT superiores aos dos homens, mas valores menores para as vozeadas. Apesar de não encontrarem valores com diferença estatisticamente significativa, a mesma relação foi apontada por Morris (2009) e Robbi et. al. (2005), também para o inglês. A consoante escolhida para este estudo foi /k/, oclusiva não vozeada. Se o português do Brasil seguisse o mesmo padrão do americano, esperava-se que o grupo de mulheres apresentasse valores de VOT superiores ao do grupo de homens. Tal relação foi encontrada na comparação entre mulheres e homens idosos, mas não entre mulheres e homens mais jovens. No grupo de adultos essa relação se inverteu: valores de VOT mais altos para os homens do que para as mulheres.

Essa diferença de resultados pode ser devido à diferença entre as línguas, português do Brasil e inglês, ou a diferenças de procedimentos para coleta de dados. Um outro achado relacionado à diferença encontrada diz respeito à variabilidade encontrada nos grupos. Para o grupo de idosos, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa quanto à variabilidade na produção. Já para os adultos, a diferença foi estatisticamente significativa para os dois contextos. No entanto houve uma inversão: quanto próximo da vogal /a/, o grupo do sexo masculino apresentou maior variação enquanto a proximidade da vogal /e/ parece influenciar na maior variação para o sexo feminino.

Diferença de idade

Um outro objetivo deste trabalho foi investigar a relação entre a diferença de idade e os valores de VOT. Foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre os grupos de adultos e idosos, para ambos os sexos, e em todos os contextos. Resultados similares foram encontrados por Ryallis et. al. (1997), porém em um estudo tendo como base a língua francesa.

O grupo de idosos também apresentou maior variabilidade nos resultados do que o grupo de adultos, concordando com a literatura (RYALLIS et. al., 1997; SWEETING e BAKEN, 1982). A diferença apontada neste estudo e em outros mostram que a relação entre idade e produção do VOT poderia ser explicada pela perda natural da coordenação motora apresentada pelos idosos (ARANTIS et. al., 2009).

Conclusão

Este estudo teve por objetivo investigar as relações entre a produção do VOT na oclusiva velar não vozeada produzida por falantes nativos do português brasileiro em fatores contextuais, de sexo e idade. Foi possível observar que a diferença entre o contexto /k/ seguido de /a/ ou /e/ não apresentou diferenças estatisticamente significativas. A relação entre a duração do VOT e diferença de sexo foi estatisticamente significativa tanto para o grupo de adultos quanto de idosos. A relação entre VOT e idade foi estatisticamente significativa para os grupos de mulheres e de homens, tanto para duração quanto para variabilidade. No entanto, são necessários outros estudos para melhor compreensão do VOT no português brasileiro de uma forma geral e no que diz respeito às demais consoantes produzidas nesse idioma.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, L. Coelho, F. Silva, P. Costa, G. Gobbi, L.T.B. (2009). Caracterização dos parâmetros temporo-espaciais da marcha em idosos praticantes de diferentes modalidades de exercícios. **Revista Movimenta**, 2 (1) 7-11.
- CHO, T., & LADEFOGED, P. (1999). Variation and universality in VOT: Evidence from 18 languages. **Journal of Phonetics**, 27, 207–229.
- FLETCHER, S.G. (1989). Palatometric Specification of Stop, Affricate, and Sibilant Sounds. **Journal of Speech and Hearing Research**, 32, 736-748.
- FLEGE, J. E. (1991). Age of learning affects the authenticity of voice-onset time (VOT) in stop consonants produced in a second language. **Journal of the Acoustical Society of America**, 89: 395-411.

- GORDON-SALANTI, S. YENI-KOMSHIAN, G.H. FITZGIBBONS, P.J. BARRETT, J. (2006). Age-related differences in identification and discrimination of temporal cues in speech segments. **J. Acoust. Soc. Am.**, 119 (4) 2455-2466.
- JESSEN, M., & RINGEN, C. (2002). Laryngeal features in German. **Phonology**, 19, 189–218.
- HESELWOOD, B. & MCCHRYSTAL, L. (2000). Gender, accent features and voicing in Panjabi-English bilingual children. In: D. Nelson & P. Foulkes (Eds.) **Leeds working papers in Linguistics and Phonetics**, 8.
- HERTRICH, I. ACKERMANN, Pr.H. (2007) Exploration of orofacial speech movements. IN: AUZOU, P.; ROLLAND, V.; PINTO, S., OZSANCAK, C. (eds.) **Les dysarthries**. ISBN 978--2-35327-021-7. Marseille: Solal., 350 pages.
- KESSINGER, R., BLUMSTEIN, S. (1998). Effects of speaking rate on voice-onset time and vowel production: Some implications for perception studies. **Journal of Phonetics**, 26, 117–128.
- KEWLEY-PORT, D.; PRESTON, M.S. (1974). Early apical stop production, a voice onset time analysis. **J. Phonet.**, 2, 194 – 210.
- LISKER, L., ABRAMSON, A. (1964). A cross-language study of voicing in initial stops: Acoustical measurements. **Word**, 20, 384–422.
- LOUSADA, M. L. (2006) Estudo da Produção de Oclusivas do Português Europeu (tese). **Universidade de Aveiro: Secção autónoma de Ciências da Saúde**.
- LOWENSTEIN, J.H. NITTROUER, S. J. (2008) Patterns of acquisition of native voice onset time in English-learning children. **Acoust. Soc. Am.** 124 (2), 1180-1191.
- MCCREA, C., MORRIS, R. (2005). The effects of fundamental frequency level on voice onset time in normal adult male speakers. **Journal of Speech, Language, & Hearing Research**, 48, 1013–1024.
- MORRIS, R.J. GORHAM-ROWAN, M. HERRING, K. (2009) Voice Onset Time in Women as a Function of Oral Contraceptive Use. **Journal of Voice**, 23 (1), 114-118.
- ROBB, M., GILBERT, H., & LERMAN, J. (2005). Influence of gender and environmental setting on VOT. **Folia Phoniatria & Logopaedica**, 57, 125–133.
- ROCCA, P. (2003) O Desempenho de Falantes Bilíngues: Evidências Advindas da Investigação do VOT de Oclusivas Surdas do Inglês e do Português. **D.E.L.T.A**, 19 (2), 303-328.
- RYALLS, J. CLICHÉ, A. FORTIER-BLANC, J. COULOMBE, I. PRUD'HOMMEAUX, A. Voice-onset time in younger and older French-speaking Canadians. **Clinical linguistics & phonetics**, 11 (3), 205-212.
- SWEETING, P.M. BAKEN, R.J. (1982). Voice Onset Time in a Normal-Aged Population. **Journal of Speech and Hearing Research**, 25, 129-134.
- VOLAITIS, L., & MILLER, J. (1992). Phonetic prototypes: Influence of place of articulation and speaking rate on the internal structure of voicing categories. **Journal of the Acoustical Society of America**, 92, 723–735.
- WADNERKAR, M., COWELL, P., & Whiteside, S. (2006). Speech across the menstrual cycle: A replication and extension. **Neuroscience Letters**, 408, 21–24.
- WHITESIDE, S.P. and MARSHALL, J. (2001) Developmental trends in voice onset time: some evidence for sex differences. **Phonetica**, 58 (3) 196-210.

WHITESIDE, S., & IRVING, C. (1998). Speakers' sex differences in voice onset time: A study of isolated word production. **Perceptual & Motor Skills**, 86, 651–654.

Letícia Corrêa Celeste é fonoaudióloga, mestre em linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutoranda em linguística pela mesma universidade com estágio doutoral no Laboratoire "Parole Langage" da Université de Provence, e professora-adjunta do curso de Fonoaudiologia FEAD. (leticiacceleste@gmail.com)

Érica Gonçalves Teixeira é fonoaudióloga e mestre em linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (ericagteixeira@gmail.com)

Solución de disposición lematística en un diccionario de aprendices de español

Agnesse Radmann Gonzalez (UFRGS)

RESUMEN: *La disposición lematística, o sea, la organización de las entradas es un tema poco explorado entre los problemas macroestructurales propios de la elaboración de un diccionario de español para aprendices brasileños. Una de las cuestiones a ser resueltas es definir qué hacer con palabras que tengan múltiples significados, principalmente cuando estos no posean, entre sí, relaciones claras. Se pueden juntar todas las acepciones de una palabra con múltiples significados en una única entrada o crear bloques independientes, utilizando algún criterio. La respuesta depende de factores que incluyen las funciones que la obra debe desempeñar y el público al cual se destina. La determinación de estos factores nortea la solución que elegimos para el diseño macroestructural del diccionario.*

Keywords: *Disposición lematística, macroestructura, polisemia, homonimia.*

RESUMO: A disposição lematística, ou seja, a organização das entradas é um tema pouco explorado dentre os problemas macroestruturais próprios da elaboração de um dicionário de espanhol para aprendizes brasileiros. Uma de suas questões a ser respondida é definir como lidar com palavras que tenham múltiplos significados, principalmente quando estes não possuem, entre si, relações claras. Pode-se agrupar todas as acepções destas em entradas únicas, ou criar blocos independentes, utilizando algum critério. A resposta desta questão depende de fatores como as funções que o dicionário deve desempenhar e o público ao qual está destinado. O estabelecimento destes fatores norteia a escolha por nós proposta para o desenho da macroestrutura do dicionário.

Palavras-chave: Disposição lematística, macroestrutura, polissemia, homonímia.

La macroestructura de una obra lexicográfica es algo más complejo que una simple lista de palabras a ser lematizadas, por formar parte de esta complejidad problemas como cuántas y cuáles palabras deben estar presentes en la obra, además de cómo estas tendrán que estar organizadas y el tipo de estructura de la obra (estructura lisa o nicho léxico), lo que incluye cuestiones de homonimia, polisemia (c.f. BUGUEÑO (2007)).

Por eso, la organización de la obra no es una tarea simple, pues aunque cuando se busca establecer cómo las entradas deben estar dispuestas en un diccionario, ya se debe reflexionar acerca de dos problemas: 1) la posibilidad de que una palabra tenga múltiples significados; y 2) cómo se presentará este fenómeno en el diccionario, lo que se podrá hacer de distintas maneras. También se debe evaluar si el agrupamiento de todas las acepciones de una palabra tendrá que ser hecho en una entrada, o si lo más apropiado sería crear bloques distintos según algún criterio. En el primer caso, se habla en una “solución

polisémica”, ya en el segundo, de una “solución homonímica”. Elegir una solución u otra depende de factores que incluyen, incluso, al usuario.

Para comprender lo que significa elegir entre una u otra opción debemos pensar, primeramente, el fenómeno lingüístico de la polisemia y el de la homonimia. Palabras homónimas son las que solo coinciden en su forma, pero no tienen ninguna relación etimológica o semántica. Ya las polisémicas son aquellas que tienen múltiples significaciones de origen etimológico común.

Cuando un lexicógrafo planea un diccionario puede no clasificar las acepciones de las palabras, o sea, adoptar una “solución polisémica” y agruparlas en un único bloque de texto o, según algún criterio, establecer divisiones, lo que sería una “solución homonímica”. El criterio de clasificaciones puede ser diferente del etimológico, el más usual, porque la lengua puede ser abordada según dos ejes: el diacrónico, según el cual el criterio elegido para la clasificación de las palabras es el etimológico, y el sincrónico, según el cual podemos adoptar un criterio semántico o morfo-sintáctico.

Un enfoque diacrónico considera la etimología de la palabra. Según la “solución homonímica”, entonces, el lexicógrafo dividiría el significado (conjunto total de significaciones) en bloques diferentes (en dos o más entradas) según la base etimológica de ellos. De esta manera, una palabra polisémica sería aquella que tiene múltiples significaciones que derivan de una base etimológica común, tanto de significante cuanto significado, y palabras homonímicas, aquellas que coinciden en su significante, pero presentando significaciones independientes que derivan de bases etimológicas diferentes (CASAS GÓMEZ, MUÑOZ NÚÑEZ (1992,p. 136)); así, *real*¹, *real*² e *real*³ (DRAE (2001, s.vs.)) son clasificadas cómo homonímicas y *banco* (DRAE (2001, s.v.)) caracterizaría un caso de polisemia.

real¹. (Del lat. *res, rei*). 1. adj. Que tiene existencia verdadera y efectiva. (...)

real². (Del lat. *regālis*). 1. adj. Perteneciente o relativo al rey o a la realeza. (...)

real³. (Del ár. hisp. *raḥāl, majada, aldea*, y este del ár. clás. *raḥl*, punto de acampada, infl. por *real*²). 1. m. Campamento de un ejército, y especialmente el lugar donde está la tienda del rey o general. U. t. en sent. fig. U. t. en pl. con el mismo significado que en sing. 2. m. Campo donde se celebra una feria.

banco. (Del fr. ant. *bank*, y este del germ. **banki*). 1. m. Asiento, con respaldo o sin él, en que pueden sentarse varias personas. (...) 6. m. Empresa dedicada a realizar operaciones financieras con el dinero procedente de sus accionistas y de los depósitos de sus clientes. (...)

Uno de los problemas que este enfoque presenta es la falta de conciencia etimológica de los hablantes de una lengua en relación a algunas acepciones. En banco (DRAE (2001, s.v.)), la primera acepción se refiere a “asiento” y la sexta se refiere a “institución financiera”. El ejemplo puede ilustrar el problema apuntado, pues ambas acepciones, no obstante la diferencia de significación entre ellas, son de un mismo origen. Quizá un hablante nativo logre reconstruir el camino que la palabra hizo hasta su momento actual; para un estudiante de lengua extranjera sería, sin embargo, muy difícil.

Una “solución polisémica”, en el enfoque diacrónico, consiste en mantener en una misma entrada todas las acepciones, independientemente de su base etimológica. Así, *real1*, *real2* e *real3* quedarían en una única entrada.

real. (Del lat. *res*, *rei*). 1. adj. Que tiene existencia verdadera y efectiva. (...) 2. (Del lat. *regālis*). adj. Perteneciente o relativo al rey o a la realeza. (...) 3. (Del ár. hisp. *raḥāl*, majada, aldea, y este del ár. clás. *raḥl*, punto de acampada.). m. Campamento de un ejército, y especialmente el lugar donde está la tienda del rey o general. U. t. en sent. fig. U. t. en pl. con el mismo significado que en sing. 4. m. Campo donde se celebra una feria.

En un enfoque sincrónico, puede ser utilizado un criterio semántico o morfo-sintático para la clasificación de las acepciones de cada palabra.

En un enfoque sincrónico semántico, la “solución homonímica” divide el significado (conjunto total de significaciones) en bloques distintos (esto significa, dos o más entradas) respetando la afinidad semántica entre las acepciones, aunque vengan de una misma base etimológica.

Así, serían clasificadas como homónimas aquellas palabras que no poseen relación semántica y, al contrario, como polisémicas aquellas cuyos significados estén relacionados. Lo difícil es definir, en la práctica, lo que sería el “significado” de la palabra y lo que sería solo una “significación” de este, como puede ser observado en *pie* (DRAE (2001, s.v.)), ya que no podemos identificar cuándo las acepciones forman parte de un mismo

“significado”, o sea, que son variantes de este, y cuándo la acepción tratase de un nuevo “significado” de esta palabra. Entre la primera y la cuarta acepción hay una cierta ruptura, si consideramos que las tres primeras tienen en común la característica de ser “base (humana, animal o de algún objeto)”, pero el tallo de una planta puede ser considerado también como “base”, aunque no posea todas las características comunes entre las acepciones anteriores, como ser la “parte más inferior del cuerpo que lo sostiene”. En este caso, no es tarea fácil definir si son palabras distintas o no y cuáles acepciones pertenecen a cada palabra. Ya entre la sexta y séptima acepciones hay una gran diferencia, lo que no hay entre la séptima y octava.

pie. (Del lat. *pes, pedis*).

1. m. Extremidad de cualquiera de los dos miembros inferiores del hombre, que sirve para sostener el cuerpo y andar.
2. m. Parte análoga en otros animales.
3. m. Base o parte en que se apoya algo.
4. m. Tallo de las plantas.
5. m. Tronco del árbol.
6. m. Planta entera.
7. m. Poso, hez, sedimento.
8. m. Masa cilíndrica de uva pisada ya en el lagar y que, ceñida apretadamente con una tira de pleita, se coloca debajo de la prensa para exprimirla y sacar el mosto.
9. m. Lana estambrada para las urdimbres. (...)
28. m. pl. Agilidad y ligereza en el caminar. Muchos, buenos pies

La “solución polisémica”, en un enfoque sincrónico semántico, consiste en mantener en un único bloque todas las acepciones que son representadas por un significante, posean o no alguna afinidad semántica.

Según el enfoque sincrónico morfo-sintáctico, la “solución homonímica” se caracteriza por dividir en distintas entradas grupos de acepciones que pertenezcan a una misma categoría morfo-sintáctica. Así, un caso de homonimia puede ser clasificado según una de las siguientes características:

- a) Diferencia en relación al género o flexión. Señas (2000) presenta s.v. zángano para un total de tres acepciones, de las cuales las dos primeras son adjetivos con doble marcación de género, en cuanto su tercera acepción corresponde a un sustantivo masculino, como se ejemplifica a continuación.

zán.ga.no, na | **l**oángano, **nal** **1 adj.-s.** fam. fig. (persona) Que vive de los demás porque no le gusta trabajar: ¡*está echo un ~, tiene 30 años y no busc trabajo!* → *holgazán* □ **parasita**

2 *fam. fig. (persona)* Que es poco hábil y sin gracia: *no seas tan zángana y deja de decir tonterías.* □ **sem graça**
 - **3 zángano m.** Macho de la abeja, que no produce miel: *la misión de los zánganos es fecundar la abeja reina.* □ **zangão**

En un enfoque sincrónico morfo-sintáctico, la “solución homonímica” quedaría representada de la siguiente forma:

zán.ga.no, na¹ |θáŋgano,nal **1 adj.-s. fam. fig. (persona)** Que vive de los demás porque no le gusta trabajar: *¡está echo un ~, tiene 30 años y no busc trabajo!* → *holgazán* **2 fam. fig. (persona)** Que es poco hábil y sin gracia: *no seas tan zángana y deja de decir tonterías.*

zángano² m. |θáŋgano| Macho de la abeja, que no produce miel: *la misión de los zánganos es fecundar la abeja reina.*

La primera entrada es referente al adjetivo, que puede ser flexionado en los dos géneros, ya la segunda es referente al sustantivo, que no recibe flexión de género. En este caso la división además de destacar la diferencia de clase gramatical, posibilita al alumno tener informaciones más precisas acerca de la morfología y de la sintaxis de esta palabra.

b) Clases de palabras diferentes. En *bajo* (DRAE (2001, s.v.)), sus acepciones pueden ser clasificadas en cuatro clases gramaticales. En este caso, podría ser señalada la existencia de, por lo menos, cuatro entradas diferentes (homónimas), cada una con su clase gramatical, como en el ejemplo:

bajo, ja. (Del lat. *bassus*). **1. adj.** De poca altura. (...) **24. m.** Piso **bajo** de las casas que tienen dos o más. (...) **37. adv. l.** A poca altura. **38. adv. m.** En voz **baja** o que apenas se oiga. (...) **43. prep. debajo de** (□ en lugar inferior a). *Bajo techado* (...) **49. prep.** Durante el período correspondiente a un determinado mandato o modo de gobernar. *Bajo el reinado de Isabel II Bajo la dictadura*

Abajo son presentadas cuatro entradas para la palabra *bajo*. En la primera tenemos el adjetivo, en la segunda el sustantivo, en la tercera el adverbio y en la cuarta la preposición. Solo *bajo¹* puede ser flexionado en género masculino y el comportamiento sintáctico de todas las entradas es distinto, lo que parece más claro en este formato que en una entrada única.

bajo, ja¹. *adj.* De poca altura. (...)

bajo². *m.* Piso **bajo** de las casas que tienen dos o más. (...)

bajo³. 1. adv. I. A poca altura. 2. adv. m. En voz **baja** o que apenas se oiga. (...)

bajo⁴. 1. prep. **debajo de** (|| en lugar inferior a). *Bajo techado* (...) 2. prep. Durante el período correspondiente a un determinado mandato o modo de gobernar. *Bajo el reinado de Isabel* || *Bajo la dictadura*

c) Significados que originan distintos derivados. En este caso el criterio es doble, pues es dado por un proceso morfológico, pero también delimitado en relación a un significado específico.

Familia léxica de la palabra *banco*:

banco 1. asiento

2. institución financiera

3. cardume de peces

4. establecimiento médico

banca 1. actividad bancaria

2. sistema bancario

3. persona responsable por organizar juegos de azar

4. asiento de madera

bancada 1. asiento largo

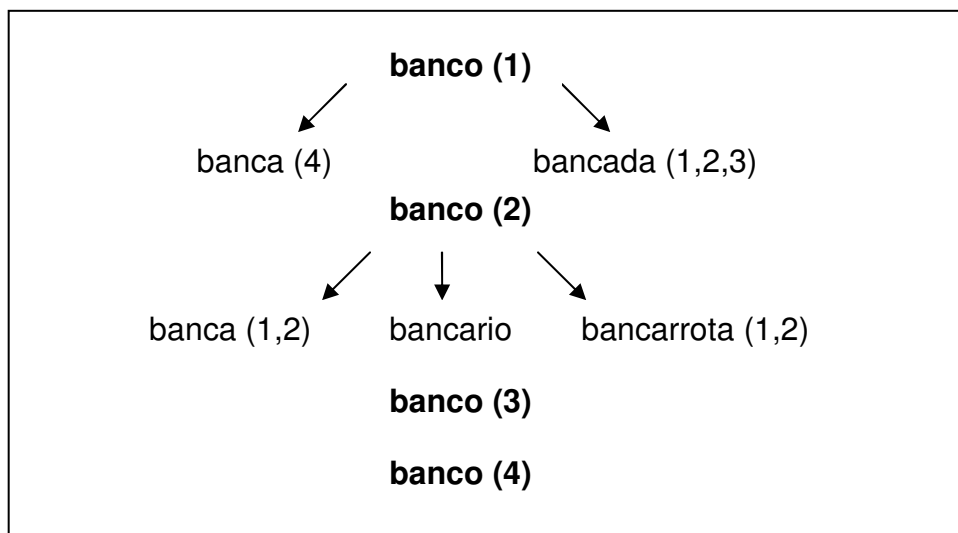
2. asiento de una embarcación

3. soporte de una máquina

bancario empleado que trabaja en un banco

bancarrota falencia

La familia léxica de la palabra *banco* nos sirve como ejemplo de esta complejidad. Como derivados de *banco* son presentadas las palabras *banca*, *bancada*, *bancario* y *bancarrota*. Esta derivación no ocurre de forma uniforme como se puede observar con las distintas acepciones que estas palabras pueden asumir. De la primera acepción de *banco* se deriva *banca* (4) y *bancada* (1,2 y 3). De la segunda, se deriva *banca* (1 y 2), *bancario* y *bancarrota*. De la tercera y cuarta acepciones de *banco* no son presentados derivados. La derivación de *banco*, entonces, ocurre de la siguiente forma:



La “solución polisémica” de un enfoque sincrónico morfo-sintático mantiene en una misma entrada todas las acepciones, no importando si pertenecen o no a categorías morfo-sintáticas diferentes.

La adopción de una u otra solución depende de principios como la definición de las funciones del diccionario y del establecimiento del programa constante de informaciones. Esos factores sumados a la disposición lematizada deberán ayudar a definir cuál de las soluciones es la más apropiada para el diseño de la macroestructura del diccionario.

En este caso, el lexicógrafo tendrá que evaluar dos puntos:

- 1) La función del diccionario a ser planeado es la de un “diccionario de aprendices”, una obra lexicográfica dirigida al auxilio de la enseñanza-aprendizaje de una lengua extranjera (c.f. Hartmann, James (2001, s.v. *learner's dictionary*)). Por eso, es necesario evaluar cuáles son las exigencias hechas al alumno. Estas forman una serie de competencias lingüísticas, listadas en Gonzalez (2009), que incluyen informaciones léxicas, gramaticales y semánticas, entre otras. Para el estudiante de una lengua extranjera, informaciones semánticas y gramaticales son más “rentables” que informaciones “históricas” de la lengua.
- 2) Otro punto central, para elegir cómo disponer las entradas, es la densidad del programa constante de informaciones de la obra. Cuanto más extenso el programa, más probable es la formación de entradas extensas. Palabras con múltiples “significados” o “significaciones” hacen que se acumulen muchas informaciones acerca de la misma palabra. Tratándose de un diccionario de

aprendices, una “solución homonímica” evitaría que las entradas se tornaran extensas, tornando más sencilla la consulta a la obra lexicográfica.

Definiendo como mejor opción, la “solución homonímica” nos queda una duda: ¿Qué criterios elegir para establecer cuando los “significados” deben figurar en una misma entrada, por tratarse de una palabra polisémica y cuándo deben crearse entradas diferente para grupos de significaciones pertenecientes a significados distintos por tratarse de homónimos? Por el hecho de que un estudiante debe estudiar una lengua sincrónicamente, este debe ser la perspectiva del lexicógrafo, o sea, utilizar un criterio sincrónico en su abordaje de la lengua. Por motivos teóricos, tales como la dificultad en diferenciar “significado” de “significación”, sumados a las necesidades del usuario, creemos que un enfoque sincrónico morfo-sintáctico sea el más adecuado en un diccionario de aprendices de español.

Referências Bibliográficas

BUGUEÑO, Félix. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In: ALVES, Ieda Maria, ISQUIERDO, Aparecida Negri (org.) **As ciências do Léxico** v III. São Paulo, Campo Grande: Humanitas, Editora UFMS (261-272), 2007.

CASAS GÓMEZ, Miguel, MUÑOZ NÚÑEZ, María Dolores. La polisemia y la homonimia en el marco de las relaciones léxicas. In: WOTJAK, Gerd. **Estudios de lexicografía y metalexicografía del español actual**. Tübingen: Niemeyer, 1992.

DRAE. **Diccionario de la Real Academia Española**. Madrid: Espasa-Calpe, 2001

GONZALEZ, Agnesse Radmann. Competências linguísticas e sua representação como segmentos canônicos de um dicionário. **Voz das Letras** v. 11/1. Contestado, 2009

HARTMANN, R. R. K., JAMES, G. **Dictionary of Lexicography**. London: Routledge, 2001

SEÑAS. **Diccionario para el aprendizaje de la lengua española para brasileños**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Agnesse Radmann Gonzalez é estudante do Curso de Graduação em Licenciatura Português - Espanhol da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de Iniciação Científica do PiBIC /CNPq-UFRGS (agnessegonzalez@gmail.com).

Resenhas

Entre a condescendência e o confronto, a materialização de um ideário de língua nacional

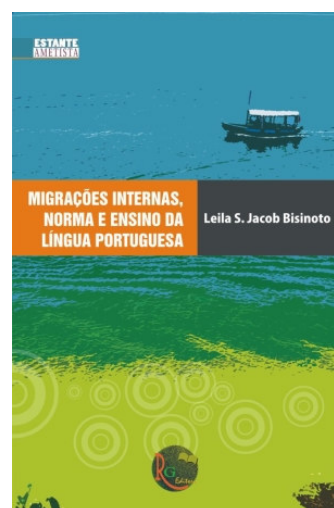
Olimpia Maluf-Souza (UNEMAT)

O objetivo empreendido pela autora é o estudo da política pedagógica que regulamenta o ensino de língua no que diz respeito às variedades do Português do Brasil. O recente processo migratório interno rumo ao Centro-Oeste do país surge, nas análises da autora, como elemento decisivo para dar visibilidade às variações da língua falada e, ainda, para fazer emergir problemas de ordem política e social que forcem propostas e ações institucionais, com reflexos profundos na sala de aula.

Para essa compreensão, evoca os históricos e conflituosos processos linguísticos da Revolução Francesa e da Unificação da Itália, além de analisar a legislação para o ensino de línguas nas escolas do Brasil, a partir de 1960, interessando-se, especialmente, pelo modo como a questão das “diferenças” linguísticas e do “respeito” a essas diferenças vem sendo tratada nesses textos de lei.

Bisinoto utiliza, como teoria e método de análise, a Semântica da Enunciação e os conhecimentos produzidos pela História das Ideias Linguísticas no Brasil – HIL, particularmente os já significantes estudos da área, que tomam a influência da linguística nas questões jurídicas do ensino no país. Nessa direção, afirma a autora que “Refletir sobre a linguagem humana nas suas relações sociais e políticas significa influir e intervir nos meios de organização da sociedade” (p. 21).

Para dar sustentação ao trajeto de análise que realiza, a autora busca trazer à reflexão a gênese histórica da questão do ensino de língua, através dos textos de lei que



Divulgação

BISINOTO, Leila S. J. Migrações Internas, Norma e Ensino da Língua Portuguesa. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

ditam o uso escolar da linguagem. Para isso, utiliza-se de teóricos que abordam esse trajeto, como é o caso de Bourdieu (1983), que tece uma rigorosa crítica ao incluir a situação do ensino, que ele denomina de “mercado linguístico”, à condição dos mercados oficiais, atribuindo à sociolinguística responsabilidade por não ter tomado como seu objeto particular de pesquisa o uso escolar da linguagem. No entanto, a autora reage, afirmando que Labov e Fishman, investigando os processos de variação e mudança linguísticas, há mais de três décadas já consideravam o processo de escolarização como um fator decisivo para os modos de subjetivação e avaliação social da linguagem. Assim, a autora afirma que tais preocupações devem ser assumidas principalmente por linguistas, que dispõem de conhecimento para proceder a esses estudos.

A autora analisa, então, uma série de normativas que dispõem sobre a questão da política de língua – o corpus de análise – visando a: 1) investigar o que propõe o jurídico sobre a prática pedagógica, e 2) verificar, nessa documentação, o uso que se faz do conhecimento produzido pela Linguística. Para a consecução dos objetivos propostos, percorre textos institucionais/oficiais que vão da alta cúpula organizacional da educação – no caso, o MEC e o CNE – a uma unidade escolar em Cáceres-MT, onde, em decorrência da forte migração interna/externa, o problema da variedade se coloca mais intensamente. Recorta, desse conjunto de textos, o “respeito às diferenças”, e suas variações, como o espaço de materialidade dos aspectos em análise.

Buscando, então, os sentidos que instalaram as discursividades de “respeito às diferenças”, a autora remonta à história da Revolução Francesa e a da Unificação da Itália, bem como, analisa os seus efeitos sobre a história de democratização do Brasil, mantendo sempre um diálogo muito produtivo com os efeitos desses sentidos para a constituição de um ideário de escola no Brasil e em Mato Grosso.

Detém-se, por fim, em Mato Grosso, mostrando como o processo migratório das últimas décadas fez do Estado e, especialmente, da cidade de Cáceres, um lugar marcado pela heterogeneidade econômica, étnica e linguística.

Para proceder à análise da questão específica – e exemplar – em Cáceres, a autora utiliza duas grandes categorias, a de nativos – conjunto de moradores que habitam o lugar desde antes da grande migração – e a de migrantes – conjunto de moradores que vieram com a migração. Na tentativa de estabelecer distinções entre os dois grupos, a autora afirma que o nativo situa-se na posição de colonizado e carrega hábitos sedentários e, no falar, traços de um português arcaico; o migrante, na posição de colonizador, é marcado

pela saga do ocupacionismo e traz na fala as variações linguísticas da região de onde provém.

O confronto entre essas duas posições implicou, segundo a autora, numa forma de apropriação dos espaços urbanos; assim, os lugares privilegiados da cidade, outrora ocupados por nativos, passaram a ser o espaço dos migrantes. Do mesmo modo, a ocupação dos espaços intelectuais e culturais materializa os modos de apropriação política e econômica dos espaços da cidade na relação colonizador x colonizado.

A autora traz, a título de comparação, o fenômeno ocorrido na ilha de Martha's Vineyard, descrito por Labov (1977), ilustrando como a “migração abala e perturba a ordem dos espaços”, especialmente no que concerne às questões linguísticas, que não se dissociam das sociais, marcando o espaço e a sobredeterminação da língua considerada de prestígio sobre a desprestigiada.

Com o intuito de produzir uma reflexão acerca do objeto analisado, a autora discute o conceito de norma, de língua brasileira, de variedade, de diversidade e de unidade, construindo uma interessante interlocução teórica com Calvet (1999, 2004), com Delesalle e Chevalier (1986), com Orlandi (2002), com Pfeiffer (2001), com Guimarães (2000, 2006), com Gadet (2003) e com importantes gramáticos brasileiros, João Ribeiro (1933, 1936), Eduardo Carlos Pereira (1907, 1918) e M. Said Ali (1931, 1963), para concluir que, no Brasil, a unidade se situa no “conflituoso campo político da divisão e da distribuição de línguas”, no qual a normatividade gramatical torna-se a materialidade tanto para a unidade da língua (a língua “correta”) quanto para a sua unicidade (uma única língua nacional).

Do mesmo modo, Bisinoto constrói uma importante análise dos textos de lei, mostrando a maneira como a linguística vai constituindo a formação docente e vai inscrevendo uma nova concepção de língua e de sujeito, em nível nacional e em Mato Grosso. A autora constata a forte presença de aportes teóricos da linguística nos textos de lei, particularmente, os da sociolinguística, para descrever, num diálogo com Calvet (2002, 2005) e Gadet (2000, 2004), as bases epistemológicas da sociolinguística que se pretende na política pedagógica brasileira: a das atitudes linguísticas, com as noções de estigmatização e de estereotipação, que desembocam no preconceito linguístico. Daí o frequente apelo ao “respeito às diferenças” na legislação educacional brasileira como tentativa de neutralizar os conflitos.

A análise semântica que a autora produz dos recortes considera, a partir de Guimarães (2002), que a “significação é produzida no e pelo acontecimento da

enunciação”. Assim, indaga o que é silenciado, com base nos enunciados do PCN de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e nos textos de lei, elaborando uma análise produtiva sobre o “respeito às diferenças”, o que dá visibilidade aos efeitos de sentido daí decorrentes.

Por fim, a autora apresenta o resultado da sua análise fazendo visível o papel desempenhado pela escola no Brasil, e nitidamente refletido em Cáceres-MT, configurando-se verdadeiramente no espaço de materialização do conflito linguístico, produzido, entre outros aspectos, pelo processo migratório. No entanto, na Escola – o “fim da linha”, conforme define – o processo é mais perverso. Bisinoto toma como exemplo a variedade local em Cáceres – a “língua do bugre”: na comparação com as demais variedades, que acabam por representar “o que a língua tem de invariável”, é tida como inferior. Ali as variedades do português oriundas de outras regiões do Brasil são subsumidas pelos sentidos do bem falar, funcionando como uma única língua e apagando qualquer “desvio” que possa haver, enquanto a “língua do bugre” se configura como a língua errada, feia, engraçada. Esse funcionamento, como bem mostra a autora, é um efeito histórico-ideológico instituído pelos sentidos de colonização, pois, a memória que reverbera a relação colonizador x colonizado faz migrar, junto com o migrante, a relação de prestígio/desprestígio da sua língua. Assim, a “língua do bugre” sofre uma dupla coerção: a do migrante e a da escola.

A autora aponta, então, duas formas de política para demonstrar os efeitos que a discursividade do “respeito à diferença” produz: a da condescendência, que se manifesta na recorrência do apelo ao respeito às variedades linguísticas, presente nos textos oficiais, e a do confronto, que se dá no espaço escolar, quando ao professor se exige o ensino competente da língua formal. No espaço da escola, o confronto é encoberto pelo gesto de admitir o uso variável e exigir o respeito à variedade, enquanto impinge o silenciamento dessa variedade em benefício da língua “materna”, “gramatical”, supostamente invariável. Desse paradoxo, a autora extrai uma determinação do Estado: a sustentação da ideologia da língua única.

Desse modo, o trabalho de Bisinoto é de interesse tanto de linguistas quanto de professores, porque, embora não se inscreva no domínio da linguística aplicada, oferece elementos importantes à compreensão dos conflitos que povoam a tão intrincada “crise” no ensino da língua no país. Trata-se, pois, de uma obra relevante, pois vem acrescentar contribuições aos conhecimentos produzidos em História das Idéias Linguísticas, em

Análise de Discurso, em Semântica e, especialmente, em Sociolinguística, visto que apresenta, com Gadet e Calvet, uma proposição epistemológica inovadora para a questão das atitudes linguísticas.

Olimpia Maluf-Souza é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas; membro do projeto História das Idéias Linguísticas no Brasil; professora do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, Campus Universitário de Cáceres. (olimpia@top.com.br)

Profissão de fantasmas

Ewandro Magalhães (Monterey Institute)

Vista de longe a tradução simultânea parece mágica. Vista de perto, parece loucura. Os intérpretes têm que ouvir e falar ao mesmo tempo, repetindo em outra língua palavras e idéias que não são suas, sem perder de vista o conteúdo, a intenção, o sentido, o ritmo e o tom da mensagem transmitida por seu intermédio. Não têm qualquer controle sobre a complexidade, a velocidade, a clareza ou a lógica do apresentador. Precisam atentar para a concatenação de seu próprio discurso, lembrando-se do ponto exato em que largaram cada frase, para fechar com correção um parêntese aberto pelo palestrante em forma verbal subjuntiva. Precisam tomar decisões instantâneas, ininterruptamente. Precisam administrar uma comunicação

silenciosa com colegas de cabine, trocando olhares e anotações, fazendo consultas a documentos e dicionários, retardando a tradução de alguns trechos até que o entendimento esteja completo. Como se não bastasse, estão a metros de distância do apresentador, impossibilitados de qualquer interrupção para esclarecimentos. Dá mesmo para duvidar que seja possível.

Talvez por isso, a tradução simultânea – ou interpretação de conferências, para usar o jargão correto – tem exercido um certo fascínio sobre o imaginário popular, com muita gente se perguntando coisas do tipo: Como é possível ouvir e falar ao mesmo tempo? E se o intérprete esquecer uma palavra? E se der um branco na hora? E se ele entender tudo errado? Como é que eles conseguem?

Essa curiosidade, antes restrita a conversas menores, em círculos privados, é agora explorada de modo igualmente curioso. O ofício da interpretação passou a ser enfocado, direta e indiretamente, em diversas obras de ficção para o grande público. Tomemos o



Foto: Chico Ferreira

LLOSA, Mário Vargas. Travessuras da Menina Má. Tradução: Ari Roitman e Paulina Wacht. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2006. 304 p.

exemplo do filme *A Intérprete*, de Sidney Pollack, que não apenas foi um grande sucesso de bilheteria mas também o primeiro a ser filmado na sede da ONU, em Nova York, privilégio antes negado até a Alfred Hitchcock. No longa-metragem, a protagonista vivida por Nicole Kidman é uma intérprete das Nações Unidas que inadvertidamente toma ciência de um plano para assassinar o odioso ditador de seu imaginário país africano, numa trama de grande suspense.

Um pouco mais realista e específico, mas ainda no reino da ficção, é o romance *The Interpreter*, de Kim Suki. Neste, a trama tem por centro a vida de uma jovem intérprete coreana que usa seu trabalho para desenterrar detalhes de seu próprio passado. E em livro homônimo, Suzanne Glass – que a propósito tem de fato formação como intérprete de conferências – explora a questão do sigilo profissional, expondo o drama vivido por Dominique, que se inteira de um plano para ocultar uma suposta cura para a AIDS. Mais espionagem e mistério.

Outro romance, *O Canto da Missão*, escrito pelo britânico John le Carré, traz como protagonista Bruno Salvador – Salvo, para os íntimos –, competentíssimo intérprete de línguas africanas, entre as quais o suaíli. Em meio a muitas observações interessantes sobre o trabalho dos intérpretes e a natureza das línguas, le Carré nos oferece mais uma história de suspense.

Mas a obra de ficção mais interessante a indiretamente abordar o trabalho de um intérprete foge ao gênero espionagem. Curiosamente, é uma história de amor. Segundo o autor, um amor moderno, condicionado pelo mundo em que vivemos e mais próximo da realidade que o literário amor romântico. Narra as desventuras muitas de Ricardo Somocurcio, um peruano apaixonado por uma mulher cujo amor sempre fugaz ele busca, ao longo de quatro décadas. Trata-se de *Travessuras da Menina Má*.

Longe do clichê glamoroso que teima em mostrar intérpretes como verdadeiros diplomatas e membros do jet-set internacional, sempre rodeados de celebridades, ora em Milão, ora em Tóquio, com escalas obrigatórias em Londres e Paris, o autor Mario Vargas Llosa inova ao caracterizar nosso intérprete como um homem simples e até ingênuo. Embora Ricardo também viaje pelo mundo e viva em Paris como intérprete da Unesco, sua amada, arrivista social patológica, faz dele gato e sapato, exibindo, além disso, um despudorado escárnio pelo ofício da interpretação, essa “profissão de fantasmas”.

Entre inúmeros desencontros, numa trama recheada de mentiras, Vargas Llosa, que em sua vida de escritor e dublê de político deve ter-se exposto com frequência ao trabalho

de intérpretes, faz boa reflexão crítica sobre a impessoalidade e o caráter um tanto frustrante do trabalho de um intérprete. No dizer de Lily, a manipuladora menina má do romance, Ricardo é “alguém que só é quando não é, um hominídeo que existe quando deixa de ser o que é para que por ele passem melhor as coisas que pensam e dizem os outros”.

Numa trajetória reproduzida de fato por muitos dos intérpretes de hoje, o protagonista começa atuando como tradutor (espanhol-francês) e vai aos poucos migrando para a interpretação à medida que agrega novas línguas passivas – inglês e russo, no caso. A obra aborda também a dificuldade de se obter os primeiros trabalhos como intérprete, num círculo profissional bem mais fechado que o de tradutores e onde as associações profissionais, “verdadeiras máfias”, só admitem novos membros “a contagotas”.

Além de nos brindar com a história de uma paixão arrebatadora, *Travessuras da Menina Má* oferece um bom panorama das transformações sociais e políticas da Europa e, sobretudo, da América Latina em anos recentes. Tudo permeado por certo distanciamento lírico, boas pitadas de humor, e constatações nem sempre doces de alguém que percebe ter traduzido milhões de palavras sem ao final lembrar-se de nenhuma, “porque nenhuma merecia ser lembrada”.

Vale a pena a leitura, pelo estilo rico e agradável de Llosa, pela renúncia à fórmula fácil do suspense, pela crítica que não chega a ofender-nos e pela perspectiva um tanto mais realista do que nos define como intérpretes ou amantes, num mundo que pode ser charmoso e chique, mas que também tem seu lado vil.

Ewandro Magalhães é radicado nos EUA e intérprete do Departamento de Estado americano e de diversos organismos internacionais como o FMI, a OEA, o Banco Mundial, e a OPAS; autor do livro *Sua Majestade, o Intérprete – O fascinante Mundo da Tradução Simultânea* (2007), e professor-adjunto do Monterey Institute. (www.ewandromagalhaes.com)

Resumos

Mitopoiesis: A mítica do ser e o katharmós verbal em “O espelho” de Machado de Assis e Guimarães Rosa¹

Cíntia Araújo da Silva

O presente artigo aborda a simbologia do espelho tanto nos contos homônimos “O espelho” de Guimarães Rosa e Machado de Assis, quanto nos mitos gregos de Narciso e Dioniso. Objetiva-se relacionar o riso irônico do narrador machadiano ao questionamento filosófico e poético do narrador roseano, ambos denunciando o paradoxo da natureza humana e a ilusão da imagem especular, ao mesmo tempo em que revelam a possibilidade do katharmós verbal e do desdobramento metamorfoseante da visão. O espelho, aqui, se apresenta enveredado em uma mítica do ser, viagem para dentro de si mesmo, catábase – e a voz desses narradores compreendida como parábase para uma autoconsciência metaficcional.

Palavras-chave: Espelho, máscara, mito, reflexão.

A mulher no discurso publicitário: ideologia e individualização do sujeito²

Gisele Pinheiro dos Santos

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo compreender o processo de produção de sentidos sobre a beleza feminina no discurso publicitário, analisando discursivamente o slogan “Você pode ser o que quiser”, da empresa de cosméticos O Boticário, a partir do referencial teórico da Análise de Discurso. Os resultados da análise permitiram-nos perceber os efeitos ideológicos na propaganda do Boticário, evidenciando que ao mesmo tempo em que o discurso publicitário apresenta ao sujeito uma liberdade de escolha ilimitada, submete-o cada vez mais ao mercado de consumo.

Palavras-chave: Sujeito-mulher, beleza, discurso da publicidade.

¹ Resumo do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no primeiro semestre de 2008, sob a orientação da Prof^a. MSc. Lívila Pereira Maciel.

² Resumo do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no primeiro semestre de 2008, sob a orientação da Prof^a. Dra. Mariza Vieira da Silva.

***Só que: uma conjunção emergente.*³**

Joaquim Ribeiro Alves Filho

Restringe-se este estudo à análise do processo de gramaticalização da perífrase emergente *só que*. Com base em amostras do português falado, extraídas de entrevistas concedidas por estudantes universitários do Distrito Federal, a intenção é mostrar que a locução em pauta equivale à conjunção adversativa *mas e que*, portanto, tem a propriedade de estabelecer o sentido de oposição entre os sintagmas que coordena.

Palavras-chave: Gramaticalização, *mas, só que*, conjunção adversativa.

RUSSO em O PENSADOR: repetição e autoria⁴

Priscilla Maria Silva dos Santos

Este trabalho tem como objetivo compreender como se dão os processos de produção de sentido em músicas de autores da década de 80 e de 90 da música pop brasileira, tendo como referencial teórico e metodológico a Análise de Discurso, e como corpus as letras das músicas “Palavras Repetidas”, de Gabriel, o Pensador, e “Pais e Filhos” e “Monte Castelo” de Renato Russo. Os resultados mostraram que a repetição, não é um mero plágio, mas sim uma maneira de re-significar, e que sem repetição não há autor. Constatamos que a autoria em Russo, reformulou dizeres, o que produziu um movimento dos sentidos.

Palavras-chave: Repetição, autoria, análise de discurso.

³ Resumo do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no primeiro semestre de 2008, sob a orientação da Prof^a. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente.

⁴ Resumo do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília no primeiro semestre de 2008, sob a orientação da Prof^a. Dra. Mariza Vieira da Silva.